

Economia em Debate

nº 262

(06/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Evolução da construção civil é muito lenta

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

As informações recentes sobre a indústria da construção civil revelam que o crescimento do setor é inexpressivo, o que contribui para retardar a expansão da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), de que o segmento é indutor. É o que revelam as sondagens da construção da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O Índice de Confiança da Construção da FGV avançou 0,4 ponto entre abril e maio de 2018, atingindo 82,4 pontos e superando em 8,3 pontos o resultado de maio de 2017. Mas “a percepção empresarial em relação à situação atual dos negócios teve piora”, segundo a economista Ana Maria Castelo, coordenadora de Projetos de Construção da FGV/Ibre. O retorno ao patamar anterior à crise “não ocorrerá no curto/médio prazo”, acrescentou. Os melhores resultados vieram da tendência dos negócios para os próximos seis meses.

O maior problema de longo prazo é a demanda insuficiente, que se verifica desde julho de 2014. O cenário macroeconômico é “difícil” e as incertezas políticas atingem diretamente as decisões de investir, segundo as informações colhidas de 675 empresas ouvidas na pesquisa da FGV entre os dias 2 e 22 de maio.

Segundo a CNI, a situação presente é pior do que as expectativas, pois tanto o nível de atividade como o número de empregos mostraram recuo entre março e abril, situando-se abaixo da linha divisória de 50 pontos, que separa os campos positivo e negativo.

A indústria operou em abril em ritmo inferior ao usual, com emprego de 60% da capacidade instalada, dois pontos abaixo da média histórica para o mês. Já os indicadores de expectativa apresentaram leve alta em maio, tanto no tocante ao nível de atividade como em novos empreendimentos e serviços. Ficou estável o indicador de insumos e matérias-primas e houve uma ligeira queda do item número de empregados, o que é preocupante. Já a confiança dos empresários, embora tenha diminuído entre abril e maio, ainda está no campo positivo (53,8 pontos).

A construção civil está entre os segmentos que mais retardam a recuperação econômica. Nas contas nacionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a construção caiu 2,2% entre os primeiros trimestres de 2017 e de 2018. Em maio, segundo a CNI, a intenção de investir voltou a cair.

Sem subsídio para a gasolina

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que o governo não está discutindo nenhum programa de subsídio para reduzir o preço gasolina. Ele confirmou que está em discussão uma fórmula para amortecer a flutuação do preço de petróleo, mas disse que ela deve ser feita com muita “calma” porque trará impacto fiscal.

“Nós não estamos discutindo nenhum programa de subsídio para a gasolina. Não temos espaço fiscal pra esse tipo de coisa neste momento, não estamos sequer discutindo”, afirmou ontem, após participar de evento no Tribunal de Contas da União (TCU). Como o Estado informou na edição de ontem, segurar os preços do diesel, da gasolina e do gás de cozinha custaria R\$ 30 bilhões até o fim do ano.

Após a paralisação dos caminhoneiros, o governo anunciou, na semana passada, cortes de tributos e incentivos fiscais para viabilizar uma redução de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel. Só para baratear o diesel, o custo é de R\$ 13,5 bilhões até o fim de 2018.

Segundo o ministro, o uso de um tributo como amortecedor dos reajustes do preço do petróleo esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige que seja utilizado um imposto regulatório, que hoje não existe para os combustíveis. Além disso, Guardia ressaltou que o uso desse imposto flexível terá impacto na arrecadação. “Tem de ser discutido com muita calma, olhando os interesses da Petrobrás, o interesse dos consumidores e também as restrições impostas pela situação fiscal.”

Com os recursos do leilão do petróleo da cessão onerosa na mira do governo e do Congresso para bancar novas medidas, como revelou o Estado na edição de sábado, Guardia ressaltou que a eventual arrecadação com o leilão do petróleo excedente não eliminará a restrição orçamentária do governo federal, já que as despesas já estão no limite fixado pelo teto dos gastos.

Em busca dos sem-banco

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

O analista de sistemas carioca Alexander Albuquerque sonhava em abrir uma escola de programação no Complexo da Maré, no Rio. Ele queria capacitar adolescentes em uma escola do Ensino Médio, mas não existe uma sequer por lá. Foi quando, em janeiro de 2006, um líder comunitário local perguntou se Albuquerque poderia tentar resolver outro problema local, mais crítico: a bancarização. Foi o primeiro passo para a fundação do Banco Maré, uma das startups brasileiras que combinam serviços financeiros e tecnologia, as chamadas “fintechs”. Seis meses depois, ele passou a oferecer uma conta para pessoas que viviam à margem dos grandes bancos.

Hoje, mais de 20 mil pessoas possuem uma conta digital no Banco Maré e usam os serviços para comprar itens no comércio local ou pagar contas. Funciona assim: o vendedor insere o valor do produto e gera um código QR no aplicativo (que pode ser escaneado pelo celular). O cliente clica em pagar na tela do seu celular, lê o código e a transação está feita. Apenas em março deste ano, a empresa movimentou mais de R\$ 2 milhões só com pagamentos de boletos. “Antes, as pessoas precisavam se deslocar até o bairro vizinho para isso, pois não há lotéricas ou agências bancárias na comunidade”, diz Albuquerque.

Hoje, no Brasil, há cerca de 60 milhões de desbancarizados, segundo o último estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse número representa quase metade da população economicamente ativa, estimada em 110 milhões de pessoas. O grupo movimenta R\$ 665 bilhões ao ano, mais do que o PIB de países como Chile e Cingapura e está espalhado pelas classes econômicas.

Como muitos negócios da população desbancarizada são informais e a maioria das pessoas das classes B e C não consegue comprovar renda, esse público é negligenciado pela rede bancária tradicional. “Só agora o estigma de que esse mercado não é rentável começa a ser quebrado, até mesmo porque a tecnologia permite que as instituições operem com custos mais baixos”, afirma Bruno Diniz, coordenador do núcleo de fintechs da Associação Brasileira de Startups (ABStartups).

Atualmente, menos de 10% das 350 fintechs que atuam no Brasil olham para quem não tem conta ou acesso aos serviços financeiros básicos. Além do Banco Maré, a startup EasyCredito diz que combina dados buscados no SPC, Serasa, IBGE, Correios, Cartórios, redes sociais, e-mail (tempo de conta ativa), contas telefônicas pré e pós pagas e informações públicas do governo para traçar um perfil do usuário.

O resultado é que, do total de pedidos de empréstimo recebidos, a startup EasyCredito, que oferece cartão de crédito e empréstimos, aprova 32% deles contra cerca de 10% das instituições tradicionais. A média de inadimplência das fintechs, porém, é 30% menor do que a dos grandes bancos que, segundo o Banco Central, é de 5%. “A cultura mudou muito”, explica Marcos Ramos, presidente executivo da EasyCredito. “É impensável um cliente chegar em um banco e fornecer sua senha do Facebook ao gerente, mas na internet ele faz isso para fazer login em um serviço.”

Entre os que oferecem crédito a disputa é por quem avalia com mais precisão o perfil do cliente, para reduzir os riscos. A fintech Avante já levantou R\$ 68,5 milhões em três rodadas de investimento para desenvolver um sistema de inteligência artificial capaz de avaliar até mesmo o grau de honestidade do cliente. “Como existem poucos dados disponíveis sobre essas pessoas, o desafio é ter inteligência”, afirma o presidente executivo da empresa, Bernardo Bonjean.

De 2015 até hoje, a startup emprestou mais de R\$ 207 milhões e possui 50 mil usuários ativos em todo o Brasil, sendo que metade está no Nordeste. Os empréstimos médios são de R\$ 2,6 mil e a taxa de inadimplência é de 7%. Se os planos derem certo, a Avante pretende promover a inclusão financeira de 1 milhão de pessoas até 2021.

Entrave. A desbancarização não é uma particularidade brasileira. O Banco Mundial calculou, em 2011, que havia 2,5 bilhões de desbancarizados no mundo e 200 milhões de micro e médias empresas sem acesso a serviços financeiros e crédito pelos quais pudessem pagar. Com a disseminação das fintechs, o Banco Mundial afirma que o número de pessoas sem acesso a serviços bancários caiu para 1,7 bilhão de pessoas.

O desafio, porém, ainda é grande, especialmente por conta dos semibancarizados (quem tem conta, mas nenhum outro serviço financeiro, como empréstimos e investimentos) que somam 6 bilhões de pessoas no mundo.

“Cada lugar tem sua peculiaridade”, afirma Oliver Cunningham, sócio da consultoria KPMG. Segundo ele, em muitos países africanos, o acesso à internet é o grande desafio. No Brasil, o problema é a questão regulatória, já que até pouco tempo era obrigatório que qualquer serviço financeiro estivesse associado a uma instituição bancária convencional. Há cerca de um mês, porém, o Conselho Monetário Nacional aprovou resoluções que permitem que fintechs concedam crédito sem a necessidade de intermediação de um banco. Isso permite a essas startups reduzirem ainda mais os custos.

As novas regras deverão atrair ainda mais fintechs para o nicho dos desbancarizados. O Nubank, criado em 2013 e que já recebeu US\$ 330 milhões em investimentos, tem planos de nos próximos meses lançar ofertas voltadas especialmente para os desbancarizados. Em entrevista ao Estado, o fundador e presidente executivo, David Vélez, diz que é um movimento natural para o Nubank, que já oferece taxas mais baixas que as dos bancos tradicionais.

“As oportunidades para as fintechs estão por todos os lados porque há muita concentração nos serviços existentes”, diz Vélez. À medida que tirarem dos bancos os clientes insatisfeitos com as altas taxas, as fintechs devem mirar os desbancarizados em países emergentes, como Brasil e México.

O economista bengalês Muhammad Yunu, que fundou o Grameen Bank e começou emprestando US\$ 27 a 42 mulheres em 1983, sabe como o acesso ao crédito reduz a desigualdade. “Em uma pesquisa interna, constatamos que 58% dos que fizeram empréstimos conosco saíram da linha da pobreza”, disse ele – que hoje é considerado o “pai” do microcrédito – durante a premiação do Nobel da Paz, que recebeu em 2006. O que ele provavelmente não sabia é que, com o avanço da tecnologia, ele teria tantos seguidores.

Indústria cresce em abril, mas tendência é de queda

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

Após um primeiro trimestre decepcionante, a indústria ensaiou ganhar fôlego em abril. A alta de 0,8% na produção em relação a março foi o melhor desempenho para o período desde 2013, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A avaliação de especialistas, porém, é que o movimento de retomada deve se reverter em maio por causa da greve de caminhoneiros.

“Abril veio com um sinal de melhora, mas os acontecimentos de maio, com a greve dos caminhoneiros, abortam esta tendência”, avaliou o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

“Maio vai representar um choque suficientemente grande para interromper esse processo. O resultado de abril é frustrante não por causa do mês em si, que foi muito bom, mas porque isso cria a impressão que, se não houvesse o choque de maio, teríamos evolução

favorável nos meses seguintes”, reforçou o economista Rodrigo Abreu, da Caixa Asset Management.

O IBGE reconhece que a paralisação dos caminhoneiros, que durou 11 dias, terá algum reflexo negativo sobre os dados da indústria brasileira referentes ao mês de maio, mas ainda não é possível precisar o tamanho do prejuízo.

“Pode ter faltado matéria-prima para a produção final, pode ter faltado alimentação de funcionários. Pegou (o período de greve) um terço do mês. Traz algum tipo de influência negativa para o resultado, é evidente, mas para saber o tipo de influência teremos de aguardar os resultados”, declarou André Macedo, gerente na Coordenação de Indústria do IBGE.

Macedo pondera, entretanto, que a greve é um movimento pontual, o que teoricamente só atrapalharia a produção do mês em que ocorreu. “Se você tem uma indústria caminhando num ritmo normal, teoricamente ela voltaria à normalidade no próximo mês. Mas a gente tem de aguardar”, disse o pesquisador.

Na comparação com abril de 2017, a indústria avançou 8,9%, o maior resultado desde abril de 2013. Houve expansão em 24 dos 26 ramos pesquisados.

Deputados de SP elevam teto de servidores para R\$ 30 mil

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

Deputados estaduais aprovaram ontem uma PEC que eleva o teto do funcionalismo do Estado de São Paulo de R\$ 21 mil (salário do governador) para R\$ 30 mil (ganhos mensais dos desembargadores do TJ). A medida deve

custar R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. Na Câmara de São Paulo, 254 servidores ganham até R\$ 59 mil, acima do teto municipal.

Passado um ano e meio da promessa feita pelo presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (DEM), de que o Legislativo municipal não teria mais servidores com ganhos acima do teto constitucional, 254 funcionários ainda possuem vencimentos mensais que extrapolam o limite, chegando a até R\$ 59 mil. E os valores ainda podem subir, graças à aprovação, há duas semanas, de um projeto de lei que concede reajuste de até 77% em uma das gratificações recebidas por parte dos servidores. O texto ainda precisa ser sancionado para entrar em vigor.

Dos servidores que ganham salários acima do teto, 121 são concursados e estão em atividade e 133, aposentados. Em janeiro de 2017, quando Leite assumiu, eram 303. Por determinação dele, os salários foram reduzidos ao teto, que na cidade é o salário do prefeito (R\$ 24,1 mil), com exceção dos procuradores (R\$ 30,4 mil). Mas a maioria continua ganhando acima do teto por causa das gratificações, que não entram no cálculo.

Dos 303 que tiveram salário reduzido, 250 entraram na Justiça contra a medida e 240 perderam, segundo a Câmara. Os outros dez casos estão em processo. Hoje, as gratificações custam R\$ 13 milhões por ano aos cofres públicos. Com o aumento aprovado, o valor pode ser acrescido de mais R\$ 5,4 milhões anuais.

A aprovação do reajuste das gratificações – que chegam a até R\$ 16 mil mensais – vem causando saia justa entre os vereadores. Parte diz que o aumento foi um “jabuti”, uma emenda aprovada dentro de outro projeto de lei que não havia sido discutido – no caso, um projeto que criou auxílio-creche e auxílio-saúde para os servidores da Casa.

Por causa desse argumento, ontem, na reunião semanal dos líderes das bancadas partidárias, o PSDB e o PSB (que têm 11 dos 55 vereadores) pediram para que o aumento seja derrubado. O veto será analisado pelo próprio Leite, que assumirá a Prefeitura na semana que vem, quando Bruno Covas (PSDB) se ausentará para viagem oficial.

Na reunião, Milton Leite reagiu às afirmações de que o projeto tinha sido aprovado na surdina. “Todos os vereadores tiveram oportunidade de ler e de discutir o projeto”, disse o presidente

da Câmara aos colegas. Ele não deu entrevistas sobre o caso. Procurado, afirmou que vai ouvir todos os parlamentares que participaram da votação para decidir se vetará ou não o texto.

“Esse reajuste não fazia parte das nossas reivindicações. Soubemos depois da aprovação”, disse Sônia Alves, vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas (Sindilex). Ela quer que, caso haja

veto ao projeto aprovado no Legislativo, o auxílio-creche e de saúde – esses sim de sua pauta – sejam mantidos.

Recorrente. Outras tentativas de conter os supersalários já foram feitas – e derrubadas pela própria Câmara. Em 2012, o Legislativo havia suspenso pagamentos acima do teto, liberando só o 13.º salário, o abono de permanência (pago a quem já pode se aposentar, mas continua na ativa) e o 1/3 das férias. Mas, no ano seguinte, no feriado de 1.º de maio, a Mesa Diretora incluiu a função gratificada na lista de verbas fora do teto, voltando a liberar pagamento acima do limite.

Desta vez, a estratégia foi diferente. Com o corte promovido em 2017, parte dos servidores perdeu salário. Quem ganhava R\$ 28 mil, por exemplo, passou a receber R\$ 24,1 mil (teto). Mas o reajuste da função gratificada, aprovado há duas semanas pelos vereadores, chegou a até 77% (de cerca de R\$ 10 mil para R\$ 16 mil). Isso pode “devolver” essas perdas de rendimento a quem teve o salário cortado.

O que diz a lei. O artigo 37 da Constituição define que as chamadas verbas indenizatórias, como auxílio-transporte, não são incluídas no cálculo do teto. Em São Paulo, um decreto vai além e determina que a “função gratificada”, paga a servidores da Câmara com cargo de chefia, é uma dessas verbas.

Especialistas afirmam que é preciso analisar o teor da gratificação. “Se o valor é um subsídio, tem de ser incluído no cálculo do teto”, diz, em tese, a professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) Gabriela Zancaner Bandeira de Mello.

“A verba indenizatória é um gasto que o servidor teve no cumprimento de sua função, como uma viagem. Não é só porque há uma portaria ou um decreto estabelecendo que uma gratificação é indenizatória que ela de fato é”, afirma Adib Kassouf Sad, da Comissão de Direito Administrativo da Seção Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP).

Sob pressão do agronegócio, governo reverá tabela do frete

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

O governo recuou e vai rever a tabela de preços mínimos para os fretes rodoviários. A tabela entrou em vigor em 30 de maio e era reivindicação dos caminhoneiros em greve. A decisão de ontem foi tomada após pressão de representantes do agronegócio. Eles dizem que a tabela eleva os custos do frete em até 150%. Antes, as negociações eram feitas caso a caso. Levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) aponta que, com os valores fixados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), os fretes de grãos subiriam entre 35% e 150%. O ministro Valter Casimiro (Transportes) afirmou que a tabela passará por consulta

pública. Os caminhoneiros demonstraram descontentamento. “Se essa tabela cair, vai ter uma greve pior que a última”, disse Ivar Luiz Schmidt, representante do Comando Nacional do Transporte (CNT).

Após pressão de produtores rurais, o governo federal recuou e vai rever a tabela de preços mínimos para os fretes rodoviários. A informação foi dada ao Estadão/Broadcast pelos ministros dos Transportes, Valter Casimiro, e da Agricultura, Blairo Maggi, após reunião com representantes do agronegócio na noite de ontem. Os ruralistas dizem que a tabela, uma das promessas feitas pelo governo para conseguir encerrar a greve dos caminhoneiros, eleva os custos do frete em até 150%.

O ministro Maggi afirmou que a demanda das entidades presentes ao encontro mostra que a tabela de preços mínimos de frete “é extremamente elevada, praticamente inviabiliza o setor produtivo” e, por isso, será revisada. Segundo ele, os cálculos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pela elaboração da tabela, foram “muito corridos” para atender à demanda dos caminhoneiros, e alguns cálculos foram imprecisos. “A ANTT vai trazer para a realidade uma série de coisas e deve propor uma nova tabela de fretes amanhã (hoje)”, disse.

A reportagem apurou que deve ser retirado da tabela o preço mínimo para o chamado frete de retorno – quando o caminhão volta vazio. O governo também deve rever parâmetros que podem diminuir substancialmente o valor do frete mínimo. Para fretes a granel, por exemplo, a queda será de 30%, em média. A tabela só deve valer para fretes fechados após a publicação da nova norma.

“A tabela é processo construtivo que depende de discussão com todos os setores. Está previsto na medida provisória que a tabela tem de passar por consulta pública, e que vai ter ajuste, vai”, disse Casimiro. “Isso vai para consulta pública, vamos ouvir todos os setores para que saia uma tabela que atenda a todos e seja boa para o País.” Nas redes sociais, porém, os caminhoneiros já reagem a essa possibilidade de mudança e até ameaçam com novas paralisações (ver página B3).

A tabela entrou em vigor em 30 de maio, por meio de medida provisória, como uma resposta do governo a uma das reivindicações dos caminhoneiros em greve. Antes, não havia um preço mínimo – as negociações eram feitas caso a caso. Um levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), porém, apontou que, com os valores fixados pela ANTT, os fretes de grãos subiram entre 35% e 150% em relação aos praticados pelo mercado antes da medida.

“Além de essa variação ser absurda, a medida é inconstitucional, já que vai contra o livre-comércio e a livre iniciativa”, disse Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica da CNA. “Não descartamos a possibilidade de que mercado paralelo seja criado, com associações montando frotas próprias no longo prazo, além dos recursos à Justiça.”

Para Fernando Cadore, vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), o produtor rural que tiver condições vai incorporar o custo do transporte para levar o produto da fazenda até os armazéns. “Se for viável para o produtor ter caminhão, ele vai comprar, e isso vai acabar tirando o autônomo do negócio.”

“Não acho que vai ter futuro (a tabela). É uma tentativa de revogar a lei da oferta e da procura”, afirma o consultor Geraldo Vianna, ex-presidente da NTC&Logística (associação do transporte de carga). Segundo ele, o governo tentou resolver um problema e criou outro, com uma tabela malfeita, que simplifica o transporte de carga. “Tem produtos que não foram contemplados na tabela e outros com preços sem lógica.” O presidente da NTC&Logística, José Helio Fernandes, afirma que encaminhou para a ANTT, agência reguladora do setor, 192 questionamentos de seus associados.

Congresso. A MP que criou o tabelamento já recebeu 55 emendas no Congresso, onde está sendo analisada. Dessas, dez querem abrir espaço para que entidades representativas dos usuários de transportes opinem na elaboração da tabela, corrigida a cada seis meses. A MP prevê apenas a participação de representantes dos caminhoneiros nas discussões. “Estamos com várias emendas”, disse o presidente da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut), Luis Henrique Baldez.

Para TCU, 44% das renúncias fiscais não têm controle O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

O Tribunal de Contas da União (TCU) quer que a Casa Civil defina um rito de análise antes de o governo aprovar renúncias tributárias. Para este ano, a União deve abrir mão de R\$ 284 bilhões. Desse total, 85% (R\$ 240,6 bilhões) não têm prazo para acabar e 44% (R\$ 125,6 bilhões) não passam por nenhum tipo de fiscalização de um órgão gestor.

Quase a metade dos R\$ 284 bilhões previstos em renúncias tributárias neste ano, como desonerações e incentivos fiscais, não tem nenhum tipo de fiscalização feita por um órgão gestor. A conclusão é do Tribunal de Contas da União (TCU), que tenta uma forma de frear esses benefícios que envolvem perda de arrecadação aos cofres públicos.

O TCU deve cobrar da Casa Civil que defina em 90 dias um rito para análise rigorosa antes de conceder qualquer tipo de incentivo em meio à crise fiscal e elevada carga tributária do País.

Essa é a principal recomendação que a área técnica do tribunal faz depois de uma ampla fiscalização feita em todas as renúncias de receitas do governo federal.

Do total das renúncias previstas para este ano, 85% (R\$ 240,6 bilhões) não têm prazo de validade para acabar e 44% (R\$ 125,6 bilhões) não têm nenhum

tipo de fiscalização feita por um órgão gestor. São exemplos de benefícios nos descontos dados sem controle na tabela do Imposto de Renda para despesas médicas, subsídios em financiamentos imobiliários e incentivos às indústrias química, farmacêutica e petroquímica.

Segundo o TCU, esses incentivos são concedidos sem estudos que mostrem benefícios sociais ou econômicos que se justifiquem

Audidores do Tribunal de Contas da União (TCU) avaliam que o aumento dos gastos tributários pelo governo federal é gravíssimo e a população em geral não percebe que está pagando para os setores que são beneficiados pela renúncia.

frente à perda de arrecadação aos cofres públicos.

Holofotes. As renúncias de receitas ganharam os holofotes nas últimas semanas em meio às negociações da bolsa caminhoneiro, subsídio que o governo vai bancar para reduzir R\$ 0,46 do preço do diesel. O governo criou um novo subsídio, mas cortou renúncias para bancar a perda de arrecadação.

A proposta dos técnicos do TCU é que o rito de procedimentos a serem seguidos para a criação de uma nova renúncia terá de vir acompanhado de parecer das áreas envolvidas na gestão desses benefícios. A ideia é que antes que os benefícios nasçam haja uma avaliação criteriosa da necessidade da criação dessa renúncia. Hoje, muitas vezes a concessão de uma renúncia é incluída da noite para o dia numa medida provisória sem que sua eficácia, na prática, tenha sido avaliada.

O relatório da fiscalização está na pauta de votação do plenário da Corte de Contas hoje e, se aprovado, representará uma barreira importante na criação desses benefícios. O ministro Múcio Monteiro é o relator do processo. Se aprovado o parecer, é o primeiro movimento para diminuir o tamanho das renúncias que se acumulam e acabam tirando dinheiro de outras áreas importantes.

A área técnica do tribunal também propõe a obrigação de que o governo nomeie um gestor para cada um dos gastos tributários, como são chamadas tecnicamente essas renúncias. O TCU quer que o órgão gestor responsável avalie se o benefício tem resultado. Caso contrário, precisa acabar ou ser remodelado. Cronogramas periódicos de avaliação terão de ser feitos.

Pente-fino. O relatório é resultado de um novo pente-fino que foi feito nas renúncias fiscais. A auditoria concluiu que as falhas apresentadas em fiscalizações feitas anteriormente não foram corrigidas e que as normas têm sido insuficientes para impedir a concessão de renúncia sem que haja demonstração de benefícios que justifiquem a perda de arrecadação. A auditoria também identificou falhas na fiscalização.

A Receita Federal também terá de apresentar em 90 dias dados mais precisos sobre as renúncias. Para a área técnica do TCU, há “bilhões” em renúncias que ainda não estão na conta da Receita. O Repetro, regime de incentivo para a indústria do petróleo, por exemplo, não está na conta do Fisco.

Banco Mundial prevê crescimento global de 3,1%

Valor Econômico - 06/06/2018

O Banco Mundial prevê uma desaceleração do crescimento global, frente à escalada do protecionismo comercial, aumento de taxas de juros, volatilidade financeira e tensões geopolíticas. A previsão é que a economia global cresça 3,1% em 2018 e 3% em 2019.

"O crescimento global agora é robusto. Este é um bom momento para encontrar maneiras de sustentar o crescimento global ", disse a jornalista Ayhan Kose, diretor de Perspectivas Econômicas do Desenvolvimento do Banco Mundial. "O comércio sempre foi um fator importante no apoio à economia global, especialmente em mercados emergentes e economias em desenvolvimento."

Jim Yong Kim, presidente do Grupo Banco Mundial, alertou, no entanto, que um crescimento robusto por si só "não será suficiente para lidar com bolsões de extrema pobreza em outras partes do mundo". Segundo ele, as políticas dos vários países precisam se concentrar em maneiras de apoiar o crescimento no longo prazo. Seria necessário aumentar "a produtividade e a participação da força de trabalho, a fim de acelerar o progresso para acabar com a pobreza e impulsionar a prosperidade compartilhada", ressaltou Kim.

O Banco Mundial prevê que as economias avançadas crescerão 2,2%, neste ano. Mas o crescimento desses países pode cair para 2% a partir de 2019, caso os bancos centrais removam gradualmente os estímulos monetários.

Já as economias emergentes e em desenvolvimento poderão ter crescimento de 4,5% neste ano e chegar a 4,7% no ano que vem.

Greve expôs fragilidades, diz Arida

Valor Econômico - 06/06/2018

A greve dos caminhoneiros expôs fragilidades e problemas estruturais do país, avaliou Persio Arida, coordenador do programa econômico do pré-candidato à Presidência Geraldo Alckmin (PSDB) e um dos idealizadores do Plano Real. O economista, que participou de evento na Casa do Saber, em São Paulo, explicou que o país vive hoje "um momento de desalento e de descrença nas instituições, [no qual as pessoas pensam] nossos partidos não nos representam, o Congresso não nos representa e o Judiciário não funciona".

Segundo Arida, existe uma frustração com a retomada da atividade. "O cenário de recuperação econômica, que se achava vigorosa, cada dia que passa perde ímpeto e agora todas as previsões estão abaixo de 2% ao ano."

Para o coordenador de campanha de Alckmin, "bastou uma pequena virada de vento no exterior, com a subida dos preços do petróleo, para mostrar nossa fragilidade". O economista listou uma série de exemplos de como o mau planejamento ficou explícito no episódio: uso excessivo de rodovias em lugar de ferrovias, distorções causadas pelo sistema tributário, fábricas em Manaus que têm incentivo tributário, mas a mercadoria vai a Porto Alegre.

Conforme Arida, os governos petistas, com políticas intervencionistas, criaram "uma sobra de caminhões, agravada pelo subsídio do BNDES para produzir caminhões".

O economista apontou ainda a falta de competição no sistema de refino de óleo no Brasil. "A Petrobras que é monopolista na prática simplesmente repassa o preço, tem de ter um sistema mínimo de competição e só aí apareceram vários defeitos de infraestrutura", afirmou.

O economista do PSDB também criticou a estratégia de preços implementada pela Petrobras. "A regra diária de reajuste de preços de combustíveis foi uma regra mal pensada." Segundo Arida, se houvesse uma previsibilidade, pelo menos, semanal já ajudaria o setor de transporte a se planejar.

Arida também não poupou a reação do governo Michel Temer à crise do transporte. "O governo deixou que a greve bloqueasse as estradas, o Brasil se tornou complacente, bloqueia-se o direito de ir e vir e fica por isso mesmo", disse.

De acordo com o economista, "a decisão de subsidiar o preço do diesel é espantosa, porque então não subsidiar o preço do GLP, que subiu igual e muito mais gente depende dele?" Arida acrescentou ainda que "não bastasse essa confusão o governo tabelou o preço do frete e agora quer impor na marra que a queda do preço anunciada".

Temer define meta de redução do gás-estufa em 10% **Valor Econômico - 06/06/2018**

O presidente Michel Temer assinou, ontem, uma resolução que define as metas de redução da emissão de gases do efeito estufa em 10% até 2028. O documento foi construído com base nas recomendações do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), formado por ministros.

O conselho, que se reuniu pela manhã, indicou a necessidade de reduzir a emissão de gases poluentes do patamar atual de 74,25 gramas equivalentes de dióxido de carbono por Megajoule (CO₂ /MJ) para 66,75 gramas de CO₂ /MJ ao final do prazo.

As metas, obrigatórias para os agentes de comercialização de combustíveis, deverão ser cumpridas com reduções anuais. O CNPE considera que, em dez anos, o país terá evitado a emissão de 600 milhões de toneladas de carbono na atmosfera.

As metas de descarbonização estão relacionadas à Política Nacional dos Biocombustíveis (RenovaBio). O programa definirá a regulamentação dos mecanismos de certificação da produção de biocombustíveis e do crédito de descarbonização (CBIO).

Temer ressaltou que a decisão do governo "consolida a política do RenovaBio", que já havia sido sancionada no ano passado. O presidente aproveitou o Dia Internacional do Meio Ambiente para assinar a resolução do conselho em evento fechado no Palácio do Planalto, mas transmitido pelo canal de TV do governo federal. O documento deve ser publicado hoje no "Diário Oficial da União", com as metas anuais.

"Vamos reduzir de 11,5% para 7% a nossa dependência externa de combustíveis", destacou Temer, na solenidade.

Em nota sobre a reunião do CNPE, o Ministério de Minas e Energia informou que o ministro Moreira Franco também ressaltou a importância das regras do RenovaBio. "O RenovaBio é um caminho de mudança e transformação, responsável por importantes conquistas na redução de emissões de gases de efeito estufa", disse o ministro.

O ministério enfatizou que, com metas para reduzir emissão de gases poluentes, "o país sinaliza que vai buscar um caminho cada vez mais sustentável em sua matriz de combustíveis, ao proporcionar menor emissão de gases de efeito estufa por unidade de energia". Como resultado, o governo tem a expectativa de estimular a produção de combustíveis "mais eficientes, do ponto de vista energético e ambiental, proporcionando ao consumidor maior poder de escolha e fomentando a diversificação da matriz energética".

Na mesma reunião em que propôs reduzir a poluição do meio ambiente, o CNPE aprovou um calendário de rodadas de licitação para o setor de petróleo e gás - uma das indústrias que mais emitem gases nocivos à saúde. O conselho incluiu no planejamento a 17ª e a 18ª Rodadas para 2020 e 2021, respectivamente. As duas licitações serão na modalidade de concessão.

ANP fará consulta sobre periodicidade do reajuste de combustível

Valor Econômico - 06/06/2018

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai abrir uma Tomada Pública de Contribuições (TCP) para consultar a sociedade sobre a periodicidade dos reajustes dos combustíveis. O prazo para entrega das sugestões começa em 11 de junho e vai até 2 de julho.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, explicou que a expectativa é de que uma resolução seja publicada no Diário Oficial entre 40 e 60 dias depois do início da tomada pública. Com isso, a resolução pode ser publicada até a primeira quinzena de agosto. As conversas com agentes começam hoje, na sede da agência no Rio.

Em uma rápida entrevista na noite de ontem junto com outros diretores da ANP, Oddone disse que o objetivo é definir um período mínimo para que haja o repasse dos reajustes dos combustíveis das refinarias e importadores para as distribuidoras, e das distribuidoras para os postos. Esses últimos, segundo ele, são livres porque têm custos e estruturas diferentes. E também são o último elo da cadeia, já que vende para o consumidor final.

Oddone afirmou várias vezes que a medida não será uma intervenção do governo nos preços da Petrobras. Disse que a ANP não vai interferir na liberdade de formação dos preços e se disse "confortável" com a medida anunciada. "Vamos apenas regular um mercado imperfeito onde há um monopólio de fato", disse, em referência ao fato de a Petrobras controlar 98% das refinarias do país.

"O que vemos hoje é que os repasses estão sendo questionados pela sociedade, o que cria um grau de instabilidade que não contribui para a atração de investimentos no setor", disse.

Segundo ele, definir a velocidade dos reajustes é necessário para proteger o consumidor e preservar valores de uma economia de mercado, com soluções que sigam as normas regulatórias. O objetivo da resolução, que segundo Oddone só irá prevalecer até que haja de fato um ambiente de competição no refino, é regular o monopólio para que os investimentos cheguem. De acordo com ele, como as importações ainda não têm relevância na formação de preços no mercado brasileiro, é necessário que a estatal conclua o programa de desinvestimentos das refinarias.

A estimativa da ANP é que sejam necessários R\$ 2,5 trilhões em investimentos nos próximos dez anos, o que segundo Oddone "não caberia no orçamento de apenas uma empresa". Ele destacou ainda que a medida anunciada ontem se faz necessária porque não "parece provável" a adoção, no curto prazo, de alteração na tributação que contribua para reduzir a volatilidade dos preços nas bombas.

Disse ainda que a decisão de ditar o ritmo dos reajustes não terá impacto no fluxo de caixa das companhias. "O que buscamos com essa medida é cumprir o nosso papel de regulador, de forma aberta, transparente e eficiente".

Distribuidoras criticam controle do diesel: 'Venezuela começou assim' O Globo - 06/06/2018

A Plural, associação que reúne as distribuidoras de combustíveis, afirmou ontem que o desconto de R\$ 0,46 prometido pelo governo para o preço do diesel ainda não chegou às bombas porque os estados não reduziram o preço de referência para calcular o ICMS do produto. O presidente da Plural, Leonardo Gadotti, disse que o governo não tem um discurso coerente e "está colocando a população contra o setor de distribuição". Um dia depois de o ministro do Gabinete Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen, ter afirmado que o governo vai "usar todo o seu poder de polícia" para garantir o desconto de R\$ 0,46 nas bombas, Gadotti replicou:

— A Venezuela começou assim, mandando força policial — afirmou o executivo, citando o país que passa por uma profunda crise de desabastecimento após o governo ter tentado controlar os preços de alimentos, combustíveis e diversos produtos.

Impacto do ICMS

Segundo Gadotti, o ICMS cobrado pelos estados incide sobre uma média do preço do diesel nos últimos 15 dias. A alíquota varia entre cada estado, mas o percentual é aplicado sobre essa média quinzenal. E apenas São Paulo e Espírito Santo já reduziram o preço de referência do diesel para o cálculo do ICMS.

— O governo está colocando a população contra a revenda e a distribuição. O governo tem que explicar o que fez. Não é passar a redução do R\$ 0,46 a partir do dia 1º de junho — destacou Gadotti.

Além disso, Gadotti voltou a afirmar que, mesmo após esses ajustes na base de cálculo para a cobrança do ICMS, o desconto final nas bombas será de, no máximo, R\$ 0,41. Isso porque o diesel vendido nos postos tem uma mistura de 10% de biodiesel — e o alívio tributário do governo federal foi apenas para o combustível de origem mineral.

Segundo o presidente da Plural, não existe qualquer base legal para se controlar o valor dos combustíveis nas distribuidoras e postos do país, onde os preços são livres.

Ontem, agentes do ProconRJ autuaram seis de 14 postos de combustíveis vistoriados por descumprirem a redução de R\$ 0,46 no preço do litro do óleo diesel, determinada pelo Ministério da Justiça. Foram visitados postos na Avenida Brasil e nas rodovias Presidente Dutra e Washington Luiz.

Segundo o Procon-RJ, o processo administrativo que pode resultar em multa ainda será aberto, e os estabelecimentos terão um prazo para apresentar sua defesa. O valor da multa pode ficar entre R\$ 600 e R\$ 9 milhões, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Ontem, alguns postos de São Paulo venderam gasolina pela metade do preço, no “Dia da Liberdade de Imposto”, protesto organizado por entidades para chamar a atenção para o peso dos tributos sobre os produtos.

Saiba como a Petrobras define os valores

O Globo - 06/06/2018

A atual política de preços da Petrobras para o diesel e a gasolina foi implementada em junho de 2017. Desde então, os reajustes passaram a ser mais frequentes, podendo ser até diários. À época, a avaliação feita pela diretoria da Petrobras era que os ajustes que vinham sendo praticados, desde o anúncio da nova política em outubro de 2016, com revisões uma vez por mês, não vinham sendo “suficientes para acompanhar a volatilidade crescente da taxa de câmbio e das cotações de petróleo e derivados, recomendando uma maior frequência nos ajustes”.

Em outubro de 2016, Pedro Parente, há poucos meses no cargo de presidente da Petrobras, anunciou que os preços dos combustíveis ganhariam paridade com as cotações internacionais e fez a primeira redução nos valores em sete anos. Naquele momento, porém, decidiu-se que os reajustes seriam feitos mensalmente. Desde 2014, a estatal vinha vendendo combustível mais caro do que no mercado internacional. Assim, outras empresas estavam importando combustível e tomando mercado da Petrobras no Brasil.

A disparidade entre os preços da Petrobras e os internacionais, porém, causavam ainda mais problemas para empresa quando ela vendia combustível mais barato do que lá fora. Cálculo do Itaú BBA divulgado no fim de 2016 estimava em R\$ 100 bilhões as perdas de geração de caixa da Petrobras entre 2010 e 2014 por causa disso.

No caso do gás de cozinha, a Petrobras chegou a adotar reajustes frequentes também a partir de julho de 2017. Mas, depois de uma alta acumulada de quase 70%, essa prática foi interrompida em dezembro passado. Em janeiro, a Petrobras informou que adotaria periodicidade trimestral, para suavizar o repasse aos consumidores.

Dólar atropela BC e atinge maior cotação desde 2016

Correio Braziliense - 06/06/2018

Mesmo com forte intervenção do Banco Central (BC), o dólar terminou o pregão em alta de 1,68%, negociado a R\$ 3,81. A cotação da divisa estrangeira, que atingiu o maior patamar desde março de 2016, foi afetada pela divulgação da taxa de desemprego dos Estados Unidos, a menor em 18 anos. O dado influenciou a avaliação dos analistas que esperam quatro altas de juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano). Além disso, no Brasil, a divulgação de uma pesquisa de intenção de votos que aponta a liderança do deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ), em todos os cenários, para a Presidência da República, afetou negativamente a percepção de investidores.

Diante da volatilidade da moeda estrangeira, o BC reforçou o nível de intervenção no cambial. Além da venda futura de US\$ 750 milhões e da rolagem de US\$ 440 milhões, a autoridade monetária ofereceu ao mercado mais US\$ 1,5 bilhão. No total, foram ofertados US\$ 2,7 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões foram comprados pelos investidores. A atuação da equipe de Ilan Goldfajn, entretanto, não foi suficiente para conter a escalada da divisa.

O economista-chefe do Banco Fibra, Cristiano Oliveira, avaliou que os números divulgados pelo governo norte-americano mostram o aquecimento do mercado de trabalho, o que pode elevar a inflação nos EUA. Ele destacou que os dados norte-americanos mostram que a queda da taxa de desemprego é generalizada nas várias regiões do país e entre todos os grupos étnicos. “Mantemos a expectativa de que o Fed elevará a taxa de juros mais três vezes neste ano. Vale dizer que, atualmente, a curva de juros norte-americana atribui probabilidade inferior a 40% para este cenário”, disse.

Bolsa

Oliveira explicou que a estimativa se baseia na expectativa de manutenção de aquecimento do mercado de trabalho, de aceleração da taxa de inflação e na sinalização de alguns integrantes do Comitê de Política Monetária dos Estados Unidos, de que a tendência é de aquecimento da economia. “Neste cenário vemos maior probabilidade de valorização do dólar no mercado internacional”, alertou.

Toda a volatilidade diante da redução do apetite de risco dos investidores por economias emergentes e a piora do cenário doméstico também afetaram a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que terminou o pregão em queda de 2,49%, aos 76.641. As ações preferenciais da Petrobras desabaram 5,36%, as preferenciais da Eletrobras, 8,15%. No caso da petroleira, o governo estuda interferir na política de preços dos combustíveis da companhia. Já os papéis da empresa de energia foram afetados pela decisão da Justiça do Trabalho de suspender o processo de privatização da estatal.

Diante de todo esse imbróglio, o risco Brasil, apurado pelos Credit Default Swap (CDS) brasileiros de cinco anos, atingiram 236 pontos. A significativa

piora na percepção de risco doméstico contagiou os mercados de renda variável, juros e câmbio com igual intensidade, avaliaram os analistas Rafael Reis e Ricardo Vieites, do BB Investimentos. “O quadro fiscal foi motivo de preocupação, já que o impacto da concessão de subsídios ao diesel pelo governo, acordado para o fim da greve dos caminhoneiros, dificulta o cumprimento da meta orçamentária, e mina a confiança dos investidores na estabilidade no longo prazo”, explicaram.

Senado muda cobrança de ISS **Correio Braziliense - 06/06/2018**

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei complementar que transfere a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) cobrado de aplicativos de transporte e similares, como Uber e Cabify, para o município onde o embarque do passageiro ocorre. O projeto será enviado para a Câmara dos Deputados.

Atualmente, a cobrança é feita pela prefeitura da cidade onde fica a sede da empresa de tecnologia que oferece o aplicativo. A maioria delas mantém sede em São Paulo.

O projeto recebeu 56 votos favoráveis e 1 contrário. Todos os partidos foram favoráveis. Os senadores ressaltaram que o projeto não eleva impostos. A alíquota máxima é de 5%, sendo definida por lei municipal. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) protestou. Segundo ele, o projeto aumenta a carga tributária porque há municípios que não cobram o ISS dos aplicativos.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), disse que a mudança é justa e simplifica a cobrança. Ele afirmou que o projeto promove mais equidade na distribuição do imposto e servirá de modelo para outros aplicativos de economia compartilhada. “O modelo atual tende a concentrar a arrecadação”, ponderou.

O autor do projeto é o senador Aírton Sandoval (MDB-SP). Sandoval afirmou que, mesmo contrariando interesses de seu estado, acredita que o projeto traz mais igualdade fiscal. “Não é justo que toda a arrecadação fique num só município”, disse.

Adriano Pires: Voltamos à agenda do atraso **Correio Braziliense - 06/06/2018**

Adriano Pires é um veterano na área de infraestrutura, especialmente quando o assunto envolve o setor de combustíveis. Com mais de 30 anos de experiência no setor, é sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie). Em 2016, por ter uma visão técnica da área de petróleo e ser um defensor de uma gestão profissional na Petrobras, chegou a ser cotado para substituir Aldemir Bendine na presidência da estatal, quando o então governo

interino de Michel Temer optou por Pedro Parente. Nesta entrevista concedida no final da tarde da segunda-feira, Pires elogiou a gestão de Parente à frente da Petrobras e disse que a saída foi um fato “surreal” que atendeu a interesses políticos. Também com experiência na área petrolífera, primeiro como assessor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), no início dos anos 2000, e depois como superintendente das áreas de abastecimento, importação e exportação, Pires criticou a forma “complicada” que o governo escolheu para acabar com a greve e se curvar às reivindicações dos caminhoneiros. O ex-professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro defende agora uma metodologia de preços que atenda a todos os combustíveis e não apenas ao óleo diesel. Apesar de toda a confusão causada pela greve, e que acabou por reduzir novamente o valor da Petrobras na Bolsa, ele considera que o governo tomou a decisão certa ao convidar o diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, para assumir a presidência. A escolha, diz ele, deixa claro ao mercado que o governo dará continuidade à política do antecessor.

A greve dos caminhoneiros expôs com clareza a nossa dependência do transporte rodoviário. Qual a sua avaliação dos acontecimentos dos últimos dias?

É bom que fique claro para a população brasileira que a greve dos caminhoneiros não foi motivada pelo alto preço do diesel. A origem dessa greve está no frete.

O senhor pode explicar?

Aconteceu o seguinte: lá atrás, nos governos anteriores, resolveu-se, mais uma vez, intervir no mercado por meio da liberação de crédito para financiamento na compra de caminhões novos, através do BNDES. Hoje, temos uma frota de caminhões no Brasil muito maior que a necessidade do mercado. Por exemplo, temos mil caminhões fazendo frete no Brasil, mas o mercado só precisa de 500 para equilibrar o volume de mercadorias que precisavam ser transportadas no país. Esse movimento de aumentar a frota de caminhões de maneira artificial aconteceu no governo do PT, e trouxe outro problema: o caminhoneiro que comprou caminhão precisa pagar o financiamento.

E aí veio a crise econômica...

Sim, o que causou uma guerra de preços no mercado de fretes. Nos últimos anos, a disputa entre caminhoneiros por mercadoria aumentou muito e a variável para ganhar um do outro era o frete mais barato. Ao mesmo tempo, houve um aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional e um acréscimo muito forte por parte do governo nos impostos sobre o diesel, além de uma desvalorização do real frente ao dólar.

Uma tempestade perfeita desabou sobre o setor.

Sim. O preço do diesel foi para as alturas e os caminhoneiros não conseguiram repassar para o frete essa alta, porque existia uma grande competição entre eles. A demanda por frete também caiu em razão da crise econômica. Essa é a origem da greve. Além disso, em todo o ano de eleição no Brasil um dos assuntos que os políticos gostam de discutir é o preço de gasolina, do diesel e do botijão de gás. E, aí, ninguém lembrou de falar que a origem da greve está

no frete. A grande discussão ficou em torno de que era preciso reduzir o preço do diesel. E vamos combinar, podemos até reduzir o preço do diesel, como foi feito, mas se o frete continuar muito competitivo, vamos continuar tendo problemas, porque o ponto principal não foi atacado.

O problema foi aparentemente resolvido, porque a greve acabou.

O governo resolveu o problema do diesel com soluções que a gente achava que faziam parte do passado, com criação de subsídios, tentativa de intervir na Petrobras, colocar fiscais e polícia na rua para tabelar o preço do diesel nos postos. Medidas que, na minha opinião, fazem parte da agenda do passado, populista. Isso é um prato feito para candidato populista, de direita ou de esquerda. Como se tudo pudesse ser resolvido com gasolina e diesel baratos. Acho que não é por aí. O problema do Brasil não é gasolina e diesel caros. O problema do Brasil é falta de segurança na rua, de saúde, de escola, de saneamento...

Sim, mas a greve dos caminhoneiros parou o Brasil.

Vamos explicar essa história. No início da greve, o governo anuncia que vai fazer uma medida para resolver a questão zerando o PIS/Cofins. É bom lembrar que, em julho de 2017, quando a Petrobras mudou a política de preços para reajustes diários, o governo dobrou a alíquota do PIS/Cofins do diesel e mais do que dobrou o da gasolina, embora dentro do teto da alíquota. Isso influenciou muito na explosão dos preços. Em seguida, o governo fala que não dá para zerar o PIS/Cofins, porque temos a LDO (Lei de diretrizes Orçamentária) e a lei do limite do teto do gasto. Aí ele vem com outra solução, que é mesma, mas abraça o valor de R\$ 0,46, que é o valor do PIS/Cofins.

Essa foi solução que o governo encontrou para resolver a greve.

É o que eu chamo de solução esparadrapo. Ela está longe de ser uma solução definitiva, até porque para se ter uma solução definitiva é preciso ter uma metodologia, ou melhor, uma política que sirva para a gasolina, para o botijão de gás, para o querosene de aviação. Não podemos ter uma política para o diesel e deixar o resto pra lá. Não pode ser assim.

Isso não deverá mudar?

Acho que nos próximos dois meses, não. Será um desafio para esse governo e para o próximo criar realmente uma sistemática de política de preços de combustíveis no Brasil que não ande para trás. Que não fique de olho na Petrobras. Quando os governos anteriores interviram na Petrobras, sempre foi um desastre. No último, quase quebraram a empresa, subsidiando gasolina e óleo diesel. País que vende gasolina e diesel abaixo do mercado internacional, que utiliza os combustíveis para controlar inflação, para eleger candidato que mente para a população dizendo que gasolina e diesel barato é para distribuir melhor a renda, são exatamente os países que não têm democracia consolidada e onde a população não tem acesso aos bens básicos como segurança, saúde, educação e saneamento. Ao contrário de países produtores de petróleo, como Estados Unidos e Noruega, onde os preços refletem o mercado e onde não há subsídios. Nessas nações há democracia consolidada e serviços públicos de qualidade.

Não corremos o risco de outros movimentos exigirem também redução da gasolina, do gás?

Com certeza. O governo estava acuado, numa situação muito complicada, onde a população estava ficando sem gasolina, hospitais sem remédios, mercados desabastecidos. Estávamos entrando no caos. O governo teve que ser rápido e mostrar à sociedade que tinha o controle da situação. Mas, com certeza, daqui a pouco ele vai começar a ser questionado das razões de só ter política de subsídio para o diesel e não ter subsídio para a gasolina e outros derivados. Se o governo acha que não tem que repassar para o consumidor final a totalidade do reajuste do barril do petróleo, ele tem que estar disposto a reduzir imposto. E não intervir na empresa que produz gasolina, ou que faz a distribuição do combustível.

Qual foi o papel do presidente da Petrobras, Pedro Parente, nesse processo?

O Pedro Parente acabou sendo vítima dessa volta da agenda do atraso. É inacreditável que um presidente de uma empresa que triplicou por quatro o seu valor na Bolsa saia por causa de uma discussão no preço do óleo diesel. É surreal. Parente pagou a conta do atraso desses políticos que, em ano de eleição, mentem para a população, dizendo que a política de preços dele é para dar dinheiro para os americanos. Bobagens que a gente ouve desde sempre. Quem faz isso, além de enganar a população, está cometendo estelionato eleitoral.

Mas também tem o problema de ele ter entrado em um governo fragilizado e com pouca popularidade.

Mas aí é mérito dele. Parente embarcou em um governo de pouca credibilidade e fraco, mas conseguiu multiplicar por quatro o valor da Petrobras. Ele percebeu que, durante ou depois da greve, algumas condições exigidas para ser presidente foram retiradas. Ele colocou na carta de demissão que naquele momento estava saindo da Petrobras, porque havia percebido que passou a prejudicar mais do que ajudar a empresa. O governo é o acionista majoritário e é ele que tem que saber o que quer. Como o governo queria uma coisa que ele discordava, foi embora.

Na sua opinião, ele estava no caminho certo?

Ele estava no caminho certíssimo. Tanto que conseguiu tirar a Petrobras do buraco. Quando assumiu o cargo de presidente, a Petrobras era uma empresa desacreditada, quebrada e com uma dívida de US\$ 100 bilhões. Ele conseguiu renegociar a dívida, vender ativos e, com a política de preços, gerar uma receita maior para a petroleira.

Não houve nenhum erro na gestão dele?

Se a gente quiser encontrar algum erro, talvez seja no momento em que ele passou a cobrar reajustes diários e, vendo que o preço do barril estava subindo muito, poderia ter reavaliado a periodicidade dos aumentos. Acho que, nesse momento, faltou a ele um pouco de sensibilidade política. Mesmo assim, acho que não era função dele, mas do acionista majoritário que é o governo. O

compromisso dele no início do governo Temer foi de recuperar a Petrobras, mas desde que lhe dessem condições. Enquanto deram as condições, ele cumpriu com a promessa e fez o melhor pela empresa.

E agora, como fica a imagem da Petrobras perante o mercado?

Acho que tem que esperar e ver o que vai acontecer. Já temos uma notícia boa, que é o fato de o governo escolher o Ivan Monteiro para presidir a Petrobras. Foi uma escolha excelente. Mostra que o governo vai dar continuidade à política do Parente, até porque Monteiro era diretor financeiro da gestão dele e foi o grande negociador da dívida da Petrobras. A escolha do Ivan Monteiro mostra que o governo utilizou critério técnico na definição do novo presidente, a exemplo do que aconteceu com Parente. Isso dá uma esperança de que, passada essa confusão toda, a gente possa voltar a um caminho melhor.

Benefício a vereadores poderia construir 4 mil habitações

DCI - 06/06/2018

Os vereadores aprovaram um aumento anual de R\$ 43,6 milhões nos gastos com os benefícios concedidos na Câmara de São Paulo. Esse valor poderia ser usado, por exemplo, para construir quatro mil unidades habitacionais em quatro anos, segundo especialista consultado pelo DCI.

Gestor da Rede Nossa São Paulo, Américo Sampaio diz que outras opções seriam usar essa quantia para pagar o salário médio de 600 médicos por quatro anos ou manter 70 mil crianças em creches durante o mesmo período.

Já o vereador Toninho Vespoli (PSOL) afirma que esse valor poderia “resolver a vida” das pessoas que moravam no Edifício Wilton Almeida Paes, que desabou no começo do mês passado. “Além de unidades habitacionais, esse dinheiro poderia garantir a limpeza de córregos, que é bastante exigida na capital” acrescenta ele.

Vespoli é um dos oito parlamentares que votaram contra o Projeto de Lei (PL) que amplia os gastos com benefícios e gratificações de servidores da Câmara e dos próprios vereadores. O PL ainda depende da sanção do prefeito para entrar em vigor.

“É lamentável. Enquanto a sociedade sofre com um ajuste fiscal de nível máximo, a elite do funcionalismo público recebe esse aumento de benefícios”, afirma Vespoli.

Confusão

A votação do PL aconteceu de forma pouco convencional, confundindo inclusive alguns vereadores que estavam presentes na Câmara na quarta-feira

(23). Naquele dia, as atenções eram direcionadas ao começo da crise de abastecimento, causada pela greve dos caminhoneiros.

“O processo que aconteceu foi fora do normal. A Mesa Diretora acrescentou, sem avisar ninguém, um substitutivo que trazia esse aumento dos benefícios”, diz Vespoli. Segundo ele, o acréscimo do substitutivo foi feito em um PL aprovado em primeira fase há cinco anos. “Por isso, só era necessária uma votação [na Câmara]. Agora, dependemos do veto do prefeito”, completa ele.

Sampaio também critica o movimento. “Os vereadores pegaram o dia em que ocorreu a maior crise de abastecimento da cidade para fazer essa votação”. Entre os benefícios aprovados pelos legisladores, está um reajuste de até R\$ 16 mil em uma gratificação especial concedida à elite do funcionalismo público paulistano.

O especialista afirma que entre 30 e 40 vereadores compõem a “bancada dos privilégios”. “É um grupo majoritário, com representantes de diversos partidos, que atua com o único propósito de se manter no poder e aumentar seus benefícios”, diz Sampaio.

Para os entrevistados, o apoio da Mesa Diretora foi fundamental para que o PL fosse aprovado. E é justamente o líder da mesa, Milton Leite (DEM), que deve analisar a sanção do PL. Essa avaliação deve ocorrer entre os dias 11 e 14, quando o prefeito Bruno Covas estará fora da capital.

Supermercados têm leve alta nas vendas

DCI - 06/06/2018

O setor supermercadista acumula alta real de 1,75%, de janeiro a abril, na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo a Abras. Em abril, as vendas em valores reais - deflacionadas pelo IPCA/IBGE, apresentaram queda de -12,61% na comparação com o mês de março e queda de -5,84% em relação ao mesmo mês de 2017. segundo a Abras, a baixa está ligada a um efeito de calendário em 2018.

Recua parcela de famílias com dívidas em atraso em maio

DCI - 06/06/2018

Estudo revela que o percentual de famílias brasileiras com dívidas alcançou 59,1% em maio, apresentando uma queda em relação aos 60,2% observados em abril.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e divulgada ontem (5), mostra, ainda que a parcela do mês passado é também

menor em relação a igual período de 2017, quando o indicador alcançou 60,7%.

A proporção das famílias com dívidas ou contas em atraso diminuiu este mês, passando de 25,0% para 24,2% do total. Na comparação anual, houve redução de 1,3 ponto percentual.

Segundo o levantamento da CNC, a parcela de famílias que declararam não ter condições de pagar as suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes passou de 10,3% em abril para 9,9% em maio, apresentando queda também em relação aos 10,1% verificados no mesmo período de 2017.

“A redução do endividamento observada nos últimos meses reflete um ritmo menor de recuperação do consumo das famílias e uma maior cautela na contratação de novos empréstimos e financiamentos”, analisa Marianne Hanson, economista da CNC.

O cartão de crédito continua sendo o principal tipo de dívida, apontado por 75,7% das famílias entrevistadas.

Setor de serviços do Brasil tem em maio a primeira contração do ano, mostra PMI DCI - 06/06/2018

A demanda fraca, a inadimplência e condições difíceis de mercado levaram a atividade de serviços do Brasil a contrair em maio pela primeira vez neste ano, afetando o setor privado como um todo no segundo trimestre, mostrou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgada ontem.

O PMI de serviços do Brasil apurado pelo IHS Markit recuou a 49,5 em maio, abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração e na qual havia ficado em abril.

Esse declínio, somado à desaceleração do crescimento da indústria, levou a uma contração da produção do setor privado, como mostrado pela queda do PMI Composto em maio a 49,7, de 50,6 em abril.

"A demanda fraca e as pressões inflacionárias fortes inverteram a economia brasileira na metade do segundo trimestre", destacou a economista do IHS Markit Pollyanna De Lima, alertando que a greve dos caminhoneiros pode ter travado ainda mais a atividade.

"Com a greve impactando a oferta de combustível além de alimentos, transporte, saúde e escolas, não devemos ver uma recuperação no futuro próximo", completou.

De acordo com o IHS Markit, o volume de produção diminuiu em três dos cinco subsetores de serviços monitorados, com o crescimento dos novos pedidos registrando o nível mais fraco desde janeiro devido às incertezas de mercado.

Entretanto, a demanda frágil e as contínuas tentativas de redução de custos provocaram novo corte de empregos no setor de serviços, nas categorias de Transportes e Armazenamento, Serviços ao Consumidor e Serviços Imobiliários e Empresariais.

Os empresários citaram custos mais altos em maio de combustíveis e com isso a inflação de insumos atingiu o nível mais forte desde fevereiro. Ainda assim, as empresas ofereceram descontos dado o ambiente competitivo, com os preços de venda diminuindo pela primeira vez desde outubro de 2017, ainda que marginalmente.

Diante desse cenário, o nível de otimismo entre os empresários de serviços chegou ao nível mais baixo em 26 meses. As preocupações com a depreciação do real e os problemas internos superam os planos de reestruturação, tentativas de marketing e projetos em fase de preparação, de acordo com a pesquisa.

"O setor (de serviços) falhou em ganhar tração desde a sólida melhora vista em fevereiro, com o índice que mede a atividade sinalizando perda de força em cada mês desde então", completou Pollyanna.

Guerra fiscal será tema de discussão

DCI - 06/06/2018

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse ontem em evento realizado no Tribunal de Contas da União (TCU), que é necessário discutir formas para acabar com guerra fiscal entre os Estados.

Guardia disse que a flexibilidade dos Estados para gerir o ICMS levou a "enormes distorções". "Se a guerra fiscal fosse instrumento eficiente, o País não teria desigualdades regionais. É inevitável enfrentarmos essa questão, chegamos ao limite", afirmou.

Em sua exposição no encontro, Guardia disse não ver problemas que, no contexto de mudanças na tributação dos Estados, os entes tenham a maior parte de suas fontes orçamentárias advindas de recursos próprios e de transferências automáticas. "O importante é que entes não dependam de transferências discricionárias", completou.

O ministro ressaltou que a raiz do problema fiscal enfrentado pelos Estados está no crescimento das despesas primárias, que subiram 74% de 2010 a 2017. Nesse mesmo período, o crescimento das despesas financeiras foi de

32%. "O problema central das finanças estaduais está no crescimento da despesa primária, não no serviço da dívida", diz.

O ministro disse que o "brutal" endividamento dos governos estaduais visto a partir de 2008 contribuiu para o déficit dos Estados, que aumentou nos últimos anos.

Ele criticou a política do Tesouro Nacional nos governos anteriores de permitir a concessão de crédito com garantias da União de maneira "permissiva" e disse que o endividamento recente ainda vai agravar o serviço da dívida dos Estados no futuro.

"A raiz do problema está no crescimento da despesa primária, mas sem dúvida nenhuma essa política permissiva agrava o problema. O déficit orçamentário existiu porque houve possibilidade de aumento de crédito", afirmou.

Sem mais subsídios

Guardia também disse que o governo não está discutindo nenhum programa de subsídio para a gasolina. Ele afirmou que está em discussão ter um imposto para amortecer a flutuação do preço de petróleo. No entanto, ressaltou, isso deve ser feito com muita "calma" porque trará impacto fiscal. "Não temos espaço fiscal para esse tipo de coisa neste momento", afirmou Guardia.

Segundo o ministro, o uso de um tributo como amortecedor dos reajustes do preço do petróleo esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que exige que seja utilizado um imposto regulatório, que hoje não existe para os combustíveis.

Despesas federais com as emendas parlamentares disparam com eleição

DCI - 06/06/2018

As despesas do governo federal com emendas parlamentares aumentaram neste ano, diante do calendário eleitoral. Até abril, a União empenhou R\$ 3,335 bilhões para as emendas, enquanto em igual período de 2017, os desembolsos foram de R\$ 13,098 milhões.

Nos quatro primeiros meses deste ano, o governo federal também já gastou mais com essas liberações do que em todo o primeiro semestre de 2014, quando ocorreram as últimas eleições gerais. Enquanto, no primeiro quadrimestre de 2018, 37% da dotação orçamentária voltada para as emendas ficou comprometida (R\$ 3,3 bilhões de R\$ 8,7 bilhões), no primeiro semestre de 2014, essa porcentagem foi de 31,6% (R\$ 2,8 bilhões de um orçamento de R\$ 8,6 bilhões).

Em ano de eleições, o repasse de recursos via emendas parlamentares para obras e projetos só podem ser realizados até junho. Todos os dados foram retirados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do Tesouro Nacional (STN).

O professor de direito administrativo do Ibmec-RJ, Jerson Carneiro, afirma que o aumento expressivo das liberações de emendas aponta que, neste ano, haverá pouca mudança no quadro de pessoal do Congresso Nacional. Na avaliação dele, apenas 20% dos deputados e dos senadores devem ser renovados. “O que era para ser um instrumento de interesse público, virou uma ferramenta de barganha política”, critica Carneiro.

Ele explica que as emendas foram criadas com o objetivo de alocar melhor os recursos públicos nos estados e nos municípios. Por conhecerem melhor a realidade da sua cidade e do seu estado, os senadores e deputados são capazes de propor projetos que atendem melhor as necessidades de cada localidade.

No entanto, Carneiro diz que as emendas acabam servindo mais para a troca de apoio político do que para o atendimento de necessidades econômicas e sociais. “Nesse momento de eleições, os deputados acabam pegando essas emendas e repassando para os prefeitos e governadores para que eles possam fazer obras que mostrem serviço à população e, dessa forma, conseguirem votos”, comenta o professor do Ibmec-RJ.

Além de obras, esses recursos são direcionados, geralmente, para programas nas áreas da educação e da saúde. A emenda constitucional (EC) 86 de 2015 prevê que metade do valor das emendas precisa ser direcionada para a saúde. Até abril deste ano, por exemplo, R\$ 2,521 bilhões foram direcionados para o setor, 74% de tudo o que foi empenhado para emendas no período.

Nas cidades

O coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Ricardo Balistiero, também avalia que em ano eleitorais, os desembolsos para as emendas parlamentares ocorrem em uma velocidade maior. No primeiro semestre de 2016, por exemplo, ano em que houve eleições para as prefeituras, o gasto com essas liberações somou R\$ 4,505 bilhões. No mesmo intervalo de 2015, somente um montante de R\$ 13,045 milhões havia sido concedido pelo governo.

“Em ano de eleições, é muito comum se utilizar do capital econômico para conquistar capital político. Nesses períodos, sempre há uma aceleração da inauguração de obras e a taxa de investimento do País acaba subindo um pouco”, reforça.

Carneiro sugere que a população monitore os recursos das emendas parlamentares. Ele explica que no site de cada deputado é possível encontrar quais as emendas que foram liberadas para eles e para quais áreas. Após isso,

Carneiro recomenda fazer um cruzamento das informações com os portais da Transparência dos Tribunais de Conta da União (TCU), dos Estados (TCE) e dos municípios.

Se houver alguma divergência, é possível denunciar para os tribunais de conta e Ministério Público. “Não se pode esquecer que uma parte dos recursos das emendas tem que estar direcionada para a compra de ambulâncias, remédios e reformas de hospitais”, esclarece o professor do Ibmec-RJ.

Não é somente em período eleitoral que o uso das emendas para compra de apoio político acontece. Em 2017, o governo federal liberou R\$ 10,7 bilhões em emendas para negociar o apoio da Câmara no arquivamento de duas denúncias contra o presidente da República Michel Temer e na aprovação da reforma da Previdência Social.

Mudanças

Até 2015, o governo federal tinha mais liberdade para desembolsar as emendas parlamentares. Contudo, a EC/2015 estabeleceu um valor mínimo para a execução desse instrumento. Esse valor equivale a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) que a União apurou no ano anterior. A RCL é toda a arrecadação de tributos e contribuições que fica para o governo federal, após as transferências de recursos obrigatórios para os governos estaduais e municipais.

Para cada um dos 513 deputados federais e 81 senadores é garantida uma cota individual de cerca de R\$ 15 milhões, que pode ser destinada ao máximo de 25 emendas diferentes. No mínimo, 50% desse montante deve ser destinado para projetos do Ministério da Saúde.

Risco de movimentos populares pode limitar crédito até 2020

DCI - 06/06/2018

A greve dos caminhoneiros impactará no crédito do segundo trimestre e já traz risco de piora nas carteiras dos bancos, com maiores calotes e restrição de recursos em 2018. Somada ao período eleitoral e às possíveis novas manifestações, melhora fica só para 2020.

Os efeitos colaterais da paralisação são muitos. De um lado, ao consumidor final, o aumento nos preços dos combustíveis – praticados a preços abusivos, quando não estavam em falta – já reflete em projeções de alta da inflação para junho.

De outro, a incapacidade de produção e venda por parte das empresas no período pode trazer, não somente furos no fluxo de caixa corrente, mas

também atrasos e até mesmo o não pagamento de empréstimos tomados previamente.

“Ainda é cedo para mensurar o ponto exato de consequências dessa paralisação, mas os impactos na cadeia produtiva, ainda que administráveis, já influenciam na capacidade de pagamento de algumas empresas que tiveram gastos acima do esperado e que, agora, precisam tentar equalizar seus caixas”, explica o analista bancário da Fitch Ratings, Claudio Gallina.

O movimento de possível piora na inadimplência das empresas, porém, apenas intensifica um conservadorismo que já era visto, desde 2015, nos bancos.

Segundo os últimos dados do Banco Central (BC), por exemplo, ainda que os calotes corporativos tenham diminuído 0,7 ponto percentual em abril deste ano comparado a 2015 (de 3,7% para 3,0%), o saldo de recursos disponíveis para pessoas jurídicas caiu 12,5%, de R\$ 1,614 trilhão para R\$ 1,411 trilhão, na mesma comparação.

Para o analista da Austin Ratings, Luiz Miguel Santacreu, a paralisação, ainda que não tenha durado o suficiente para trazer impactos significativos nas carteiras dos bancos, trará reflexos mais imediatos no segundo trimestre e ainda traz uma ressalva a um ambiente doméstico “já prejudicado”.

“Já temos uma oscilação natural de ano eleitoral, que se soma à indefinição dos candidatos, com uma campanha política que sequer começou. Além disso, teremos Copa do Mundo e todos os reflexos do cenário internacional em um governo já definido”, diz o especialista.

Especificamente na postura dos bancos ante os atuais acontecimentos, porém, Gallina reforça ser um momento de as instituições “acompanharem de perto”, não apenas os efeitos que a greve pode trazer nos pagamentos dos financiamentos feitos, mas todos os direcionamentos que os movimentos sociais podem tomar em 2018.

“Principalmente os bancos pequenos e médios devem sentir essas dores um pouco mais rápido. Mas, de qualquer forma, diante de qualquer percepção de perdas maiores ou até de um resultado eleitoral desalinhado com o mercado, a tendência é de revisão das carteiras e postura conservadora”, avalia e acrescenta ser “difícil entender quando a melhor de cenário vem”.

“Esperamos que ao longo de 2019, o ambiente fique menos nebuloso e que, em 2020, já possamos ao menos ter uma sensação do que está por vir”, complementa Gallina, analista da Fitch.

Mercado de capitais

Já quanto ao cenário internacional, não há apenas as discussões em torno das taxas de juros dos Estados Unidos, mas também preocupações de uma guerra comercial – iniciada com as maiores tarifas impostas pelo presidente dos EUA,

Donald Trump, e as consequentes retaliações que já aparecem na China e no México, por exemplo.

“São movimentos que não cooperam com uma recuperação rápida do Brasil e abalam as taxas de juros de longo prazo e o Ibovespa, com maior desconfiança de que a retomada do País ainda pode demorar”, comenta a coordenadora do curso de administração do Mackenzie de Campinas, Leila Pellegrino.

Os especialistas afirmam, ainda, que um dos desafios que despontam como uma “sobrecarga” ao ambiente turbulento do País são as discussões em torno da Petrobras – que já trouxeram um recuo de quase 15% nos papéis da companhia na última sexta-feira, com o anúncio do pedido de demissão do então presidente da petroleira estatal, Pedro Parente.

Para o professor de finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc) Wagner Schmidt, a falta de um posicionamento sobre a revisão das políticas de preços da empresa ainda trarão turbulência ao mercado e só evidenciam a “grande dificuldade do governo em ter um equilíbrio fiscal”.

“Mesmo sendo uma estatal, o grande dilema é que a precificação da commodity é feita no mercado internacional. Fazer as contas de como fomentar um Estado que concede redução tributária a um setor e aceita o risco de onerar ainda mais o contribuinte tem evidenciado a capacidade limitada que esse governo tem”, opina Schmidt.

Ontem, as ações da petroleira terminaram o pregão em queda de 3% (ON) e 5,36% (PN).

Seguros

Dentre os demais produtos do sistema financeiro que podem ser pressionados com os resultados da greve e que já contam com um maior monitoramento também estão os seguros.

Segundo Eduardo Michelin, responsável por transporte e náuticos da Willis Towers Watson, ainda que as perspectivas de aumento no sinistro de cargas não sejam perceptíveis, há um “período” para constatação de perdas por vir e o mapeamento da companhia tem sido “diário e recorrente”.

“Não é um reflexo automático até porque o sinistro só é constatado no destino final, mas o esforço e a recomendação para nossos clientes foi de que as cargas ficassem retidas nas transportadoras até que o cenário se acalmasse e, agora, monitoramos de perto para ver o resultado”, declara Michelin.

Já de acordo com o diretor de riscos da Euler Hermes, Marcelo de Oliveira, as projeções de perdas nas empresas podem também acabar impactando o pagamento de apólices.

“Ainda é cedo para mensurar, mas, em termos gerais, as empresas tiveram cerca de um terço do faturamento mensal impactado. Esperamos uma provável movimentação no número de pedidos de prorrogação de pagamentos, mas não necessariamente nos de inadimplência”, esclarece.

Para Michelin, no entanto, os movimentos que trazem atenção ao mercado segurador são os futuros, relacionados às possíveis reações populares quanto aos resultados eleitorais.

“Temos que manter a atenção, principalmente em relação ao seguro de transporte de cargas, que já tem sofrido bastante nos últimos meses. Ainda mais agora que o País pode ficar à mercê de movimentações partidárias, a postura tem sido ativa e consultiva para gerenciamento de risco”, acrescenta o diretor.

Segundo os últimos dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep) a soma de sinistros ocorridos nos produtos de responsabilidade civil do transportador rodoviário de carga e de responsabilidade civil para o desaparecimento de carga subiram 4,3% em abril deste ano, frente à igual período de 2017, de R\$ 49,7 milhões para R\$ 51,8 milhões.

“Pode ser que depois, inclusive, os preços sejam revistos, já que quanto mais apertadas estão as apólices, maior é o custo. Mas é algo que teremos que acompanhar”, diz Michelin.

Empréstimo de nome eleva calotes

DCI - 06/06/2018

Levantamento feito em todas as capitais pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) mostra que o empréstimo de nome a terceiros é uma das principais causas que leva os brasileiros à inadimplência.

De cada dez pessoas que estão ou estiveram com o nome inscrito em cadastros de devedores nos últimos 12 meses, duas chegaram a essa situação porque emprestaram seus documentos ou cartões para que outra pessoa fizesse compras a prazo.

A maioria das pessoas ouvidas alega que emprestou o nome com o intuito de ajudar (51%, de 800 entrevistados) o amigo ou familiar, enquanto 13% ficaram com vergonha de dizer não diante do pedido. Outros 11% disseram ter ficado receosos de magoar quem pediu o nome emprestado, caso tivessem de negar o auxílio.

“Emprestar o nome para amigos ou conhecidos é uma atitude solidária, mas que pode causar danos à saúde financeira de quem arca com a dívida. Quem emprestou o nome termina se responsabilizando por uma dívida que não lhe pertence, cuja falta de pagamento possui desdobramentos sérios como a

restrição ao crédito, inadimplência e até mesmo a perda da amizade de quem pediu ajuda”, alerta a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, por meio de nota divulgada ontem (5) pelas instituições.

Amigos

Ainda de acordo com a pesquisa, a maior parte dos pedidos de nome emprestado surge de pessoas próximas do círculo social. Em primeiro lugar estão os amigos, com 26% de citações, seguidos dos parentes (21%) e dos irmãos (16%). Completam o ranking os pais (11%), namorados (9%), filhos (9%), cônjuges (8%) e até mesmo colegas de trabalho (8%).

A prática se torna ainda mais arriscada, quando quase um quarto (23%) dos entrevistados revela que emprestou o nome sem saber ao menos o valor da compra que seria feita. Em outros 28% dos casos, havia sido combinado um valor, mas a pessoa gastou mais do que o acordado.

Mais de R\$ 700 milhões do FUST vão subsidiar o óleo diesel

Tele.Síntese- 06/06/2018

A Medida Provisória 839, que realoca R\$ 9,58 bilhões do Orçamento da União para subsidiar o acordo do óleo diesel firmado entre o governo e os caminhoneiros, retirou dinheiro de diferentes pastas do governo para bancar o acordo. Os setores de telecomunicações e de ciência e tecnologia ficaram na terceira colocação entre os que mais sofreram cortes orçamentários, atrás apenas dos cortes nos orçamentos das empresas estatais e da Fazenda Nacional.

O governo retirou do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) R\$ 777,126 milhões, que estavam mesmo contingenciados, e, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, outros R\$ 21,750 milhões.

Perdas no MCTIC

No MCTIC, programas importantes de apoio à inovação tecnológica, à indústria nacional e ao desenvolvimento de P&D foram fortemente atingidos. Foram cortados da rubrica de equalização das taxas de juros em financiamento à inovação tecnológica R\$ 9,73 milhões. Outros R\$ 2,5 milhões foram retirados da linha para subvenção econômica a projetos de Desenvolvimento Tecnológico.

A pesquisa básica e estratégica perdeu R\$ 7,156 milhões e projetos para a modernização das instituições pública de pesquisa sofreram cortes de R\$ 1,92 milhão.

Os outros maiores cortes orçamentários foram feitos em recursos de capitalização de empresas estatais, no valor de R\$ 1,66 bilhão, e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que teve retirados R\$ 979 milhões.

Ministro defende reforma trabalhista na OIT

Valor Econômico - 06/06/2018

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, afirmou que os sindicatos no Brasil “terão de trabalhar muito mais agora, terão de negociar muito mais” com a reforma trabalhista aprovada pelo governo.

Ao defender o Brasil no Comitê de Aplicação de Normas, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que colocou o país na lista suja de países suspeitos de violar convenções do trabalho, o ministro foi incisivo.

Ele acusou a OIT de se tornar “peça de manobra em um jogo em que se combinam motivações político-partidárias e interesses corporativos, como as barulhentas e desrespeitosas manifestações nos últimos dias evidenciam”.

Também questionou o trabalho dos peritos da Comissão de Aplicação de Normas que examinaram o caso brasileiro, dizendo que eles ignoraram completamente os mais diferentes aspectos da legislação brasileira.

O ministro alvejou os sindicatos, observando que “não são os trabalhadores que estão sendo prejudicados pela modernização, mas alguns sindicatos acostumados a viver à sombra do Estado e sem nenhum compromisso com os trabalhadores que dizem representar”.

Acrescentou que não é difícil saber por que são tantos, 17.500, em evidente discrepância com o resto do mundo. “Com a contribuição compulsória, um sindicato não precisava ser representativo nem defender os interesses dos trabalhadores para existir, já que a renda garantida pelo Estado — e que em 2017 chegou a mais de R\$ 4 bilhões — era razão suficiente para sua existência, numa clara distorção dos valores que devem orientar e justificar a organização sindical”, afirmou.

Para o ministro, é porque a reforma acaba “com esse estado de coisas, e não pelos pontos levantados pelas centrais nas observações aos peritos, que está sendo atacada. Os sindicatos terão de trabalhar muito mais agora, terão de negociar muito mais. E empregadores e trabalhadores, como um todo, ganharão muito com isso”.

Um representante dos sindicatos, Antonio Lisboa, da CUT, retrucou acusando o governo de cometer o “mais grave ataque aos direitos do trabalhadores na história do Brasil”. Outros representantes de sindicatos de Bélgica, Espanha, Portugal, Itália e Paquistão foram na mesma linha.

Do outro lado, representantes de governos de vários países da América Latina, representados no Grulac (o grupo da região), Índia, Rússia e delegados de

empregadores de vários países demonstraram surpresa com a pressa da Comissão de Aplicação das Normas em colocar o Brasil na lista suja neste ano, sem dar tempo de resposta ao governo. Segundo eles, normalmente isso só deveria vir ao comitê no ano que vem, depois que o governo brasileiro desse suas explicações.

O exame do Brasil continua durante esta terça-feira na OIT. Na quinta, a Comissão de Aplicação de Normas tomará uma decisão, que pode ser tanto arquivar a reclamação dos sindicatos ou enviar uma comissão ao Brasil para estudar melhor os efeitos da reforma trabalhista.

Diplomacia acredita ter desarmado ação na OIT contra reforma trabalhista

Valor Econômico - 06/06/2018

A diplomacia brasileira acredita que conseguiu desarmar a tentativa de sindicatos e governos do Uruguai e da Venezuela para promover na Organização Internacional do Trabalho (OIT) a instalação de uma Comissão de Inquérito para averiguar possíveis violações de direitos de trabalhadores com a reforma trabalhista no Brasil.

A Comissão de Aplicação de Normas da OIT fez ontem uma sessão sobre o chamado "caso 20" de uma "lista suja", no qual o Brasil teve que responder principalmente sobre a convenção 98 envolvendo negociações coletivas. A sessão durou 3h30 e teve 40 discursos.

A expectativa do lado brasileiro é de que a conclusão dessa comissão, na quinta-feira, se limite a pedir informações adicionais sobre a reforma no país, de forma que a inclusão na lista suja acabe por aqui. No ano que vem, a comissão vai elaborar outra lista, como faz a cada ano, sobre violações de direitos de trabalhadores em todos os cantos do mundo.

O Uruguai, sócio no Mercosul, e a Venezuela agiram nos bastidores para o Brasil ser investigado formalmente pela OIT. Em todo caso, uma Comissão de Inquérito demora anos para começar os trabalhos, diante das etapas que teria de passar, incluindo o conselho de administração da OIT. Esse tipo de comissão para a Venezuela demorou quatro anos.

Ontem, a Comissão de Aplicação de Normas debateu a queixa de sindicatos contra o Brasil num ambiente de tensão. "O Brasil exige respeito", reagiu o ministro do Trabalho, Helton Yomura, diante de gargalhadas e vaias de sindicalistas quando ele afirmou que o país era um "membro exemplar" no respeito aos direitos do trabalhador. Yomura acusou a OIT de se tornar "peça de manobra em um jogo em que se combinam motivações político-partidárias e interesses corporativos" e questionou o trabalho dos peritos da Comissão de Aplicação de Normas, dizendo que eles ignoraram os mais diferentes aspectos da legislação brasileira.

Um representante dos sindicatos brasileiros, Antonio Lisboa, da CUT, retrucou acusando o governo brasileiro de "mais grave ataque aos direitos do trabalhadores na história do Brasil". Reclamou que o governo de Michel Temer acabou com a contribuição sindical obrigatória, sem apresentar opções. E que a negociação coletiva se transformou em negociação individual, enfraquecendo o trabalhador.

Representantes de sindicatos da Bélgica, Espanha, Portugal, Itália, EUA, Canadá, Reino Unido, Uruguai, Paraguai, Chile atacaram a reforma trabalhista brasileira e pediram uma resposta global contra o que consideram retrocesso nos direitos dos trabalhadores. Já governos da América Latina, com exceção do Uruguai e Venezuela, Índia, Rússia, China, Bangladesh, apoiaram a reclamação de que a Comissão de Normas adotou um comportamento não técnico e mais político ao incluir o Brasil na lista suja, sem dar tempo ao governo de fornecer explicações. A rigor, pelo cronograma normal da OIT, o país deveria ter tido prazo até 2019 para fornecer informações. A representação dos empregadores foi na mesma linha. O vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, afirmou que a reforma alinha o Brasil com práticas de outros países e que era inaceitável prosseguir o debate "político e ideológico".

Sindicatos 'terão de trabalhar muito mais' para sobreviver, diz ministro

Valor Econômico - 06/06/2018

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, afirmou que os sindicatos no Brasil "terão de trabalhar muito mais agora, terão de negociar muito mais" com a reforma trabalhista aprovada pelo governo.

Ao defender o Brasil no Comitê de Aplicação de Normas, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que colocou o país na lista suja de países suspeitos de violar convenções do trabalho, o ministro foi incisivo.

Ele acusou a OIT de se tornar "peça de manobra em um jogo em que se combinam motivações político-partidárias e interesses corporativos, como as barulhentas e desrespeitosas manifestações nos últimos dias evidenciam".

O ministro do Trabalho também questionou o trabalho dos peritos da Comissão de Aplicação de Normas que examinaram o caso brasileiro, dizendo que eles ignoraram completamente os mais diferentes aspectos da legislação brasileira.

Yomura alvejou os sindicatos, observando que "não são os trabalhadores que estão sendo prejudicados pela modernização, mas alguns sindicatos acostumados a viver à sombra do Estado e sem nenhum compromisso com os trabalhadores que dizem representar".

O ministro acrescentou que não é difícil saber por que são tantos, 17.500, em evidente discrepância com o resto do mundo. "Com a contribuição compulsória, um sindicato não precisava ser representativo nem defender os interesses dos trabalhadores para existir, já que a renda garantida pelo Estado - e que em 2017 chegou a mais de R\$ 4 bilhões - era razão suficiente para sua existência, numa clara distorção dos valores que devem orientar e justificar a organização sindical", afirmou.

Para o ministro, é porque a reforma acaba "com esse estado de coisas, e não pelos pontos levantados pelas centrais nas observações aos peritos, que está sendo atacada", afirmou Yomura. "Os sindicatos terão de trabalhar muito mais agora, terão de negociar muito mais. E empregadores e trabalhadores, como um todo, ganharão muito com isso", prosseguiu o ministro.

Um representante dos sindicatos, Antonio Lisboa, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), retrucou acusando o governo brasileiro de cometer o "mais grave ataque aos direitos do trabalhadores na história do Brasil". Outros representantes de sindicatos de Bélgica, Espanha, Portugal, Itália e Paquistão foram na mesma linha.

Do outro lado, representantes de governos de vários países da América Latina, representados no Grulac (o grupo da região), Índia, Rússia e delegados de empregadores de vários países demonstraram surpresa com a pressa da Comissão de Aplicação das Normas em colocar o Brasil na lista suja neste ano, sem dar tempo de resposta ao governo. Segundo eles, normalmente isso só deveria ir ao comitê no ano que vem, depois que o governo brasileiro desse suas explicações.

O exame da situação do Brasil continua hoje na OIT. Na quinta, a Comissão de Aplicação de Normas tomará uma decisão, que pode ser tanto arquivar a reclamação dos sindicatos quanto enviar uma comissão ao Brasil para estudar melhor os efeitos da reforma trabalhista.

Cortar cota de jovem aprendiz divide juristas

DCI - 06/06/2018

A possibilidade de reduzir a cota de aprendizes via negociação coletiva graças à reforma trabalhista está dividindo empresas e especialistas da área de profissionalização de jovens. O tema é mais um que só terá alguma resolução quando for decidido nas últimas instâncias do Judiciário.

Pela Lei 13.467/2017, que instituiu mais de 100 alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o negociado prevalece sobre o legislado salvo algumas exceções. A principal causa de discórdia acerca desta questão do jovem aprendiz é se a negociação de que categorias podem compor a base da cota entra na regra da reforma ou se é uma das exceções.

De acordo com o superintendente Institucional, Jurídico e de Compliance do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), Ricardo Melantonio, essa questão vai ter interpretações diferentes até que seja apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ou pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). No entanto, na sua opinião, o que vale é o ponto de vista do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho (MPT), de que essas convenções são ilegais por causar discriminação. “É uma questão controversa, mas deveria prevalecer o entendimento de que é uma cláusula discriminatória, pois elimina vagas dos jovens aprendizes, que em geral são pessoas menos favorecidas”, afirma.

Já o sócio coordenador de Relações Sindicais do Peixoto & Cury Advogados, Carlos Eduardo Dantas Costa, avalia que não deveria haver necessidade de colocar na cota de jovens aprendizes aqueles profissionais que não precisam de formação específica para exercer a sua função na empresa. “A lei serve para ajudar na formação profissionalizante dos jovens, mas não são todas as profissões que demandam esse tipo de formação. O empresário não precisa colocar uma pessoa para ser treinada no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para ela se tornar recepcionista.”

Na sua opinião, o aprendiz é muito melhor aproveitado no ambiente industrial, mas não no comércio ou no escritório, porque ele tem uma carga horária reduzida fica um dia da semana em curso de formação. “Quando é possível aproveitá-lo, a empresa não tem motivo algum para rejeitar o aprendiz, visto que ele pode ser efetivado já treinado”, argumenta o advogado.

Obrigar a companhia a contratar aprendizes em categorias que não demandam especialização, por outro lado, seria onerar a empresa com uma cota de aprendiz que depois não teria como preencher adequadamente. “Pode ser que o negócio da empresa não comporte esse tipo de mão-de-obra ou que a companhia tenha mais aprendizes do que precisa.”

Força-tarefa

Em maio, o Ministério do Trabalho assinou protocolo de atuação conjunta com o MPT para adotar medidas judiciais para anular as cláusulas de convenções que reduzam a base de cálculo das cotas. O entendimento dos dois órgãos foi de que a redução, onde aconteceu, foi ilegal.

Para Melantonio, ainda vai demorar para esse tema ter algum tipo de solução, já que não há qualquer jurisprudência conhecida, mas ele espera que o TST e o STJ reconheçam a importância da manutenção das cotas de aprendizes, pois além da formação prática, esses jovens ganham arcabouço teórico para exercer suas funções em outras empresas.

Tesouro terá de passar R\$ 3,5 bi aos Estados

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

Coluna do Estadão

O Tesouro Nacional terá de repassar R\$ 3,5 bilhões aos Estados. O dinheiro se refere à parcela do Refis que estava retida, sobretudo, a partir de 2017. A manobra foi descoberta pelo governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), que ameaçou entrar com uma ação judicial contra a União. Ele encaminhou para o presidente Michel Temer há cerca de um mês uma notificação extrajudicial apoiada por 17 Estados na qual alertou do problema. Ontem, o Tesouro cedeu e prometeu fazer os pagamentos. Minas receberá cerca de 10% do total.

» Vai sem medo. Pelo menos quatro ministros do Supremo defendem a redução do foro privilegiado para governadores, a exemplo do que já foi feito com deputados federais e senadores no mês passado.

» Siga. “Não sei qual é a dúvida do STJ”, diz Marco Aurélio Mello, para quem o princípio aplicado a parlamentares é o mesmo para governadores. Além dele, Dias Toffoli e o decano Celso de Mello também defendem a tese. O quarto não fala publicamente. O STJ retoma a discussão hoje.

» Tentativa. A PF e a PGR pediram o afastamento do deputado Paulinho da Força da atividade sindical e da presidência do Solidariedade. O ministro do STF, Edson Fachin, negou. Autorizou apenas busca e apreensão em endereços dele.

» Melhor que nada. O deputado Darcísio Perondi (MDB-RS) foi escolhido para relatar projeto que trata da venda das distribuidoras de energia. Com dificuldades para aprovar a privatização da Eletrobrás, já se contenta em votar apenas isso.

Greve ou motim?

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

Almir Pazzianotto Pinto

O movimento desencadeado por caminhoneiros, sacrificando a vida de milhões de pessoas, causando prejuízos irrecuperáveis e expondo a fragilidade do governo, deve ser objeto de análise, conquanto difícil de ser feita agora por nos acharmos sob o impacto dos acontecimentos.

Exercício do direito de greve, assegurado pelo artigo 9.º da Constituição, não houve. Avaliações superficiais tentaram nos convencer de que motoristas autônomos de caminhões e carretas teriam entrado em greve para reivindicar da Petrobrás a redução do preço do óleo diesel. Não foi o que aconteceu. A paralisação caracterizou-se pela voluntariedade, ignorou as organizações

sindicais e logo se espalhou em razão da postura autoritária da empresa, que errou ao subestimar a força dos adversários.

A mobilização explodiu de baixo para cima, impulsionada por repetidos aumentos do preço do óleo diesel. O governo federal, aturdido e incapaz, revelou-se desinformado. Afinal, era impossível não imaginar, diante da agressiva política da empresa, insuportável para transportadores autônomos, que, dia mais, dia menos, a revolta explodiria como panela de pressão sem válvula de segurança.

Distribuição de combustíveis é atividade essencial (Lei n.º 7.783/1990). Não pode ser interrompida (Constituição, artigo 9.º). Greve ocorre, segundo a definição legal, quando há cessação coletiva, total ou parcial, dos serviços prestados ao empregador. Antes de deflagrá-la o sindicato deve ouvir os trabalhadores em assembleia geral e definir as reivindicações. Houvesse greve, competia ao Ministério Público do Trabalho ajuizar dissídio coletivo com o objetivo de encerrar o movimento (Constituição, artigo 114, § 3.º). Se não o fez, é por não haver relação de emprego entre caminhoneiros autônomos e Petrobrás. Como não houve greve, não poderia haver locaute, prática que ocorre quando o empregador cessa as atividades para frustrar negociação com os empregados.

No caso dos petroleiros, cujos sindicatos falaram em paralisar refinarias, o Tribunal Superior do Trabalho fez o que dele se esperava: por decisão liminar da ministra Maria de Assis Calsing, considerou que havia perigo iminente de greve política e fixou multa diária no valor de R\$ 2 milhões em caso de desobediência. Os sindicalistas recuaram e o trabalho não foi interrompido.

A Petrobrás, sociedade de economia mista controlada pela União, com ações nas Bolsas de Valores, cometeu imperdoável erro de avaliação ao ignorar o movimento e tentar impor condições a quem não lhe deve obediência. O fato de a Constituição conceder-lhe o monopólio da refinação do petróleo e da distribuição de diesel, querosene, gasolina, etanol, gás de cozinha, não lhe dá o direito de ignorar os consumidores. Ao exercer autoridade imperial, incompatível com a delicadeza da situação, a direção da empresa causou a maior, mais onerosa e desnecessária crise das últimas décadas, cujos custos ainda são desconhecidos. A falsa solução de congelamento pelo período de 15 dias, após extensa sequência de aumentos diários, acirrou os ânimos e angariou o apoio da opinião pública aos caminhoneiros.

Para poupar a Petrobrás o presidente da República chamou a si a responsabilidade. Fê-lo com precipitação, desconhecimento e ingenuidade. Tanto o presidente Michel Temer como os ministros palacianos não sabiam o que dizer e o que fazer. Para o aumento do caos contribuíram os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, governadores e candidatos à Presidência da República. Todos insistiam em apresentar soluções inadequadas aos dois pedidos formulados: redução do preço do combustível nas bombas e garantia expressa de que não voltaria a subir nos próximos meses. Durante dez dias a população, desesperada, acompanhou patéticos

monólogos de surdos, com propostas que a todo instante variavam e se contradiziam. Dirigentes sindicais pelegos e desacreditados, com dezenas de anos à frente das entidades, tentavam exibir liderança que lhes falta, desorientados como estavam os membros do governo, entre os quais se destacavam pela ausência os ministros do Trabalho e de Minas e Energia.

A paralisação de autônomos não pode ser rotulada de greve, pois greve não foi. Não foi, também, manifestação pacífica amparada pela Constituição no artigo 5.º, XVI. A partir do momento em que caminhoneiros e agentes provocadores infiltrados partiram para a violência nas rodovias e nos postos de reabastecimento, organizaram bloqueios nas entradas das cidades com delinquentes armados de pedras e porretes, impediram a circulação de automóveis, causaram o desabastecimento de gêneros alimentícios e remédios, o que no início teria sido movimento reivindicatório degenerou em motim.

De tudo quanto se presenciou restam lições que a prudência recomenda não sejam ignoradas. Comprovou-se que a economia não deve continuar dependente do transporte sobre rodas. A construção de rede ferroviária, que interligue o centro do País às capitais dos Estados e grandes centros produtores, deve integrar o programa dos candidatos à Presidência. Capital externo, interessado em investir na construção e modernização de ferrovias, com certeza existirá, desde que se lhe ofereçam garantias sólidas e duradouras. Como o Banco do Brasil, a Petrobrás poderá manter a União como acionista controladora. Para ser mais eficiente, entretanto, deverá perder o privilégio do monopólio e passar a conhecer a dura realidade do mercado.

Escreveu Gustave Le Bon: “As multidões são um pouco como a esfinge da antiga fábula, é preciso saber resolver os problemas que a psicologia delas nos apresenta, ou se resignar a ser devorado por elas” (em Psicologia das Multidões). Por não saber, Pedro Parente foi devorado.

O fato de deter um monopólio não dá à Petrobrás o direito de ignorar os consumidores.

O Brasil precisa de uma inovação **O Estado de S. Paulo - 06/06/2018**

Silvio Meira

Num lugar que precisa de tanto, dizer que precisamos de “uma” inovação parece brincadeira. Inovação, segundo Drucker, é a mudança de comportamento de agentes, no mercado, como fornecedores e consumidores de qualquer coisa. Mercado não só o de rapadura a contratos futuros, mas de tudo, inclusive ideias. Porém, quando consideram-se as necessidades de um dos lugares mais desiguais da Terra, nossa terra demanda, acima de todas, uma inovação.

Gilberto Freyre considerava o tempo trípico: uma interseção do presente, de fragmentos do passado e de projeções do futuro, tudo ao mesmo tempo, agora. Assim são nossas vidas e o tempo das organizações e sociedade. O agora é uma máquina de consumir possíveis futuros, no presente, transformando-os em passado, imediatamente. O filtro do agora é estreito, são poucos os futuros que se tornam presente e, depois, história. Somos conscientes dessa realidade, face à nossa impermanência.

Na política, tal percepção se torna realidade trágica. Considere a magnitude e complexidade do nosso território, população e seus problemas e pense quantos podem ser resolvidos em um mandato. Um destes problemas é alfabetização. Em 2016, a Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro mostraram que só 8% dos brasileiros tinha “domínio de habilidades para compreender e interpretar textos em situações usuais e resolver problemas envolvendo múltiplas etapas, operações e informações.”

Ou seja: mais de 90% dos brasileiros não consegue ler um manual e usá-lo, na prática, para resolver um problema. Será que tal nível de (in)competência afeta a produtividade brasileira que, hoje, é a mesma dos anos 1960, enquanto a da China cresceu três vezes no período? Estamos nos últimos lugares do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), sem evolução, e a China acima dos EUA em matemática e ciências. Aí tem.

Aí tem “a” inovação que o Brasil precisa. E não é o velho – e atual – “precisamos melhorar a qualidade e universalidade da nossa educação”. Isso todos sabem – e poucos fazem. “A” inovação que precisamos é cuidar da educação no longo prazo, como um desafio nacional, do Estado. E não de partidos ou mandatos.

Enquanto oscilarmos entre teorias, práticas e testes, nunca chegaremos a Portugal, que está acima dos EUA no Pisa. É possível e não exige recursos que não temos. Mas é preciso dedicação que nunca tivemos, pois a educação nunca foi tratada como problema que veio do passado e que, para estar resolvida no futuro, precisa de energia no presente. Agora e sempre.

Reservas, para que te quero **O Estado de S. Paulo - 06/06/2018**

Monica De Bolle

Experiência recente revelou para mim o quão complicado está tecer análises ou aventar ideias que fujam dos dogmas de diferentes grupos. Começo esse artigo, portanto, com uma ressalva e um alerta. A ressalva é que se trata de uma reflexão sobre as nossas reservas internacionais, hoje em cerca de US\$ 380 bilhões. O alerta é para que, sabendo que alguns haverão de distorcer ou desqualificar o que tenho a dizer sobre o assunto, haja cuidado para diferenciar discordâncias saudáveis de ataques pessoais. Triste ter de começar um artigo assim, mas, adiante.

Há vários debates econômicos que jamais desaparecem. Dentre essas discussões está o nível adequado das reservas internacionais. Nos anos 90, quando das crises em série nos países emergentes, concluiu-se que o mais prudente era estocar o máximo de reservas possível para fazer frente às turbulências. Durante os anos 2000, tal estratégia foi possibilitada pelo bom momento da economia internacional, a alta dos preços das commodities, as reformas que muitos países emergentes haviam feito. Havia comprovação empírica de sobra para justificar colchões de reservas como medida precautória: as reservas eram um seguro contra crises financeiras. Contudo, sempre houve custo associado ao colchão: as reservas, como são mantidas em ativos líquidos e de baixo rendimento justamente para que possam ser usadas em caso de necessidade, não podiam ser aplicadas em investimentos de risco mais elevado e retorno maior.

A existência de um benefício – o seguro – e de um custo, isto é, a oportunidade perdida ao não se poder investir em ativos mais rentáveis, levou a intenso debate sobre o nível “ótimo” das reservas, aquele que maximizaria o benefício, ou minimizaria o custo. Na ocasião, o FMI produziu diversas análises que buscavam estabelecer o nível ótimo das reservas internacionais de cada país. Ao final, concluiu-se que o ótimo não existia, dada a complexidade de se mapear cenários. Mais produtivo seria calcular o nível adequado das reservas diante das necessidades de dólares e de outros ativos externos de cada país.

Hoje o FMI calcula esse níveis e os disponibiliza publicamente. No caso do Brasil, aponta o Fundo que nosso volume de reservas é cerca de 1,6 vez maior do que o adequado, ou uns US\$ 140 bilhões acima do montante de que necessita o País considerados todos os possíveis riscos externos. E, nossos riscos externos diretos estão sob controle, com o baixo déficit na conta corrente e a quase inexistente dívida pública externa – verdade que as empresas estão mais endividadas em moeda estrangeira, mas, de modo geral, têm cobertura (ou hedge) cambial. Portanto, não seria um despropósito se o próximo governo, amparado por um programa robusto de ajuste das contas públicas e comprometido com agenda de reformas urgente, como a da Previdência, pusesse em consideração o uso de parte dos US\$ 140 bilhões que excedem os níveis adequados calculados pelo FMI. Mas, qual o melhor uso para as reservas brasileiras? Como evitar desperdiçá-las?

O Brasil recebe, hoje, baixíssima remuneração pelas reservas que detém. Ao mesmo tempo, o custo médio da dívida mobiliária federal é de uns 10% ao ano. Esse custo está em declínio, mas ainda é muito mais elevado do que o rendimento das reservas. Portanto, é de se considerar a possibilidade de usar o excedente das reservas brasileiras calculado tomando como base alguma métrica de referência – usei a do FMI, mas há outras – para realocar recursos

Pelo menos US\$ 140 bi das reservas externas excedem ao recomendado pelo FMI. Qual o melhor uso para elas?

que hoje trazem pouco ou quase nenhum benefício para reduzir a dívida, o que ajudaria a diminuir seu custo de carregamento. Não estou propondo que se utilize o montante de US\$ 140 bilhões de supetão, tampouco que isso seja feito de forma isolada. O argumento é que se utilize as reservas aos poucos para recomprar parte da dívida como um dos elementos de uma agenda mais ampla de ajustes que inclua as medidas fiscais cabíveis e as reformas que não podem mais esperar. Há riscos? Sim. O maior e que traria as piores consequências seria desperdiçar o possível espaço fiscal conquistado com essas medidas em maluquices e desvios que aumentassem a despesa pública. Dada a sanha de nosso Congresso, as ramificações políticas do uso das reservas para esse fim têm de ser bem avaliadas. Mas, já não faz mais sentido ficar sentado em excedentes que perderam a razão de ser.

Que fique claro: não estou propondo torrar reservas, mas usar pedaço delas como parte de um programa econômico para o País. Que venham as críticas e as discordâncias, oxalá com racionalidade e modulação.

A crise do monopólio do refino

Valor Econômico - 06/06/2018

Edmar Almeida e Winston Fritsch

A substituição do prestigiado presidente da Petrobras não foi um tropeço pontual da estratégia de regulação do mercado de petróleo no Brasil implementada pelo governo Temer. Na verdade, se a crise da qual resultou a troca de comando da Petrobras - e que ainda não acabou - levar ao abandono da atual estratégia de alinhamento internacional e liberalização de preços de derivados, poderá ter sérias consequências para a segurança energética do Brasil. Na raiz do problema está a necessidade de atrair investimentos privados para o setor de refino e o fim do monopólio de fato da Petrobras no segmento.

Como hoje se sabe, o controle dos preços dos combustíveis durante a era PT com o objetivo de mascarar a alta da inflação foi acompanhada da consolidação do monopólio da Petrobras no segmento do refino. Os reajustes dos preços dos combustíveis não seguiram uma regra transparente e ficaram sujeitos à intervenção discricionária do governo federal, através da empresa estatal monopolista, que determinava quando e quanto os preços deveriam mudar.

A mudança desta política desastrosa para o país e, especialmente, para a Petrobras, ficou ainda mais premente quando a empresa abandonou seu necessário, mas ambicioso programa de construção de novas refinarias, para priorizar corretamente o pré-sal como destino de seus escassos recursos de investimento depois da crise que se abateu sobre a empresa em 2015. Logo ficou claro que tanto o importante programa de desinvestimento da Petrobras na área de refino (venda de refinarias e ativos a elas associados) quanto investimentos privados em novas refinarias não aconteceriam sem que fosse

suprimida a incerteza gerada pela falta de uma regra objetiva de formação de preços de derivados.

Entretanto, estes investimentos em novas refinarias são absolutamente necessários. O Brasil não tem hoje refinarias suficientes para suprir a demanda nacional. De fato, projeções conservadoras mostram que, em um cenário de crescimento econômico moderado, na ausência de nova capacidade de refino as importações de combustíveis atingirão um patamar que pode comprometer a segurança energética do país.

A liberalização dos preços de produtos refinados, se feita de maneira transparente em um mercado monopolista poderia, em princípio, seguir duas opções: ou uma política de preços oficial com uma regra transparente e objetiva para o alinhamento dos preços dos derivados ao mercado internacional de petróleo, ou a prática de um repasse imediato dos preços do mercado internacional feito pelo Petrobras. A dificuldade em discutir racionalmente os critérios para uma regra de preços com a Petrobras, os atores políticos e os lobbies setoriais levou o governo a escolher a segunda opção, claramente a alternativa inferior. Acreditava-se, talvez, que a credibilidade do ex-presidente da Petrobras pudesse ser a garantia da estratégia anunciada.

Estava assim montada uma bomba-relógio pronta para explodir em uma situação como a que ocorreu a partir de abril quando, em menos de dois meses, uma combinação perversa de aumento dos preços de petróleo e câmbio levou a um salto de 26% do preço do diesel em reais. Em resumo, a empresa claramente subestimou o problema da falta de legitimidade de um monopolista para determinar sua própria política de preços.

O estresse econômico dos transportadores - um setor onde os fretes foram brutalmente comprimidos pelo crescimento gigantesco da frota com a oferta abundante de crédito, seguido de queda de demanda com a recessão pós 2014 - somado ao crescimento explosivo dos preços do diesel em reais gerou uma verdadeira revolta popular contra a política de preços da Petrobras.

O governo, pressionado a dar respostas rápidas, reagiu de forma desorganizada, sem tempo hábil para avaliações técnicas adequadas. A "solução" da crise deu-se através de um benefício fiscal pontual sem alteração da política de preços. Partiu-se da suposição errada de que a queda do preço do diesel vai ser repassada ao dono do caminhão, quando no regime extremamente competitivo do setor de transporte este desconto tende a ser repassado ao frete, deixando os caminhoneiros na mesma situação de angústia. Ademais, no aodamento para dar respostas políticas rápidas incorreu-se em erros de cálculo e desconsiderou-se características importantes do mercado de combustíveis.

Mas o que fazer a longo prazo? O problema da liberalização dos preços tem a ver, como argumentado acima, com a necessidade de atrair investimentos privados para o refino, abandonado corretamente como prioridade pela

Petrobras, que não tem condições de realizar sozinha estes elevadíssimos investimentos, sob pena de ter que abrir mão do seu protagonismo no pré-sal. E estes investimentos assumem hoje importância estratégica de segurança energética pela crescente dependência de importações de refinados sem um parque substancial de armazenagem.

A atração de investimentos privados requer, entretanto uma regra de preços de combustíveis transparente, que não gere volatilidade desnecessária e, especialmente, não crie distorções competitivas entre a Petrobras e concorrentes e, naturalmente, que não dependa de subsídios. Trata-se de equação complexa a ser solucionada, mas que pode claramente ser tratada com um projeto de lei que regule, sob a vigilância técnica e neutra da ANP, o repasse de preços internacionais de forma previsível, mas anunciada em intervalos mais espaçados do que os repasses diários recentes da Petrobras.

Neste contexto foi assustador que um debate que deveria ser técnico e protagonizado por líderes políticos ter se tornado monopólio da manifestação de opinião de radicais. Em um ano eleitoral, onde o futuro do Brasil vai ser decidido pela vitória ou derrota de propostas que permitam o retorno da racionalidade básica na condução de políticas públicas e, em especial, da política econômica, perdida nos últimos anos da era PT, o silêncio dos candidatos de peso do centro do espectro político durante essa crise foi surpreendente. Esperemos que esta crise seja o estopim para um debate racional sobre as imensas distorções criadas por anos de remendos populistas e sua correção.

Sem espaço para pensamentos mágicos

Valor Econômico - 06/06/2018

Nilson Teixeira

O quadro político e a atual legislação eleitoral sugerem que, apesar de alguma diminuição, a fragmentação política do próximo Congresso continuará elevada. Os partidos políticos não terão representatividade alta o suficiente para permitir a construção pelo governo de uma maioria com poucos partidos. No ano passado, observadores julgavam que o presidente a ser eleito teria condições de começar sua campanha com uma ampla coligação partidária. Agora, essa opção parece improvável.

Apesar de ser um cenário mencionado por alguns candidatos à Presidência, parece muito otimista esperar a obtenção de amplo apoio parlamentar apenas sob a presunção de que o projeto é bom para o país e que emana da equipe de um governo eleito com mais de 50% dos votos válidos. Neste momento, o cenário mais provável é aquele em que o próximo presidente é até capaz de construir uma maioria confortável no Congresso no início do seu mandato, mas apenas após a usual concessão de cargos para os partidos aliados e com uma fidelidade negociada recorrentemente.

Isso tornará ainda mais árdua a missão do presidente eleito de aprovar propostas que retirem privilégios antigos de alguns segmentos da sociedade. Entre essas medidas, encontram-se aquelas que buscam o ajuste das contas públicas em um tempo reduzido para evitar um desequilíbrio fiscal. O setor público terá déficit primário próximo a 2% do PIB em 2018 - o quinto ano consecutivo de déficit. Como o superávit primário necessário para a estabilidade da dívida pública é de cerca de 2,5% do PIB, a reversão fiscal requerida é da ordem de 4,5% do PIB. Um esforço dessa magnitude exigirá sacrifícios bem maiores do que os sugeridos até o momento pela maioria dos candidatos.

De início, o ajuste demandará um expressivo corte de despesas, que ainda não parece aceito pela população. A não votação na Câmara dos Deputados de uma versão diluída do projeto original de reforma da Previdência Social comprova a resistência social ao tema. Mesmo se essa versão tivesse sido aprovada, o próximo governo teria que encaminhar nova proposta para estabilizar o déficit previdenciário. O governo também precisará discutir a redução de outros gastos obrigatórios, de forma a adequar as contas públicas.

Mesmo com um presidente eleito, o elevado custo político e social de implementar forte redução de gastos tende a enfraquecer as propostas do governo, impedindo que uma parte substancial dos ajustes seja alcançada com medidas pelo lado das despesas.

Isso não parece ser um problema aos olhos dos mais otimistas. Há uma crença de que a simples eleição de um governo responsável e competente conduzirá o país a uma aceleração do crescimento, como resposta à perspectiva de aprovação de vários projetos, entre os quais: reforma tributária - para tornar o sistema de impostos mais simples, transparente e justo; medidas microeconômicas - visando melhorar as condições de negócios no país; e reforma do Estado - incluindo a adoção de um abrangente programa de desestatização. Segundo esse grupo, a implementação dessas ações tornaria a economia mais eficiente, ampliaria o crescimento do PIB e asseguraria a sustentabilidade fiscal.

Todavia, a aprovação dessas medidas no prazo e dimensão requeridos está longe de garantida. A adoção de uma reforma tributária de qualidade, por exemplo, tem sido perseguida sem sucesso há décadas. O próximo governo precisaria de uma base no Congresso muito fiel para resistir às usuais pressões contrárias de grupos de interesse e evitar que o período de transição seja alto em demasia. Essa é uma hipótese, hoje, otimista.

Mesmo em um cenário em que todas essas medidas sejam aprovadas de forma célere e que a expansão do PIB supere a média de 2,3% ao ano desde 1997, é muito difícil construir cenários com hipóteses razoáveis nos quais seja alcançado um resultado primário compatível com a estabilidade da dívida como proporção do PIB ainda no próximo mandato e sem a elevação da carga tributária.

Nesse contexto, é difícil escapar de medidas adicionais pelo lado das receitas recorrentes. Idealmente, o aumento da arrecadação ocorreria de forma indireta, com o fim da maioria das renúncias tributárias, grande parte das quais sem nenhum benefício significativo para os mais pobres. Não obstante, uma interrupção desses privilégios tende a ser um processo difícil e lento. Como consequência, a reversão do resultado primário possivelmente exigiria também a elevação dos tributos, que seria revertida à medida que o país conseguisse elevar o seu crescimento potencial.

O problema é que a rejeição da sociedade ao aumento de impostos é expressiva. Enquanto se aceita facilmente que haja transferência de verbas do Estado para supostamente reduzir o preço de bens e serviços - como foi o caso dos subsídios para os caminhoneiros -, rejeita-se a elevação da carga tributária ou a redução de outros gastos públicos para compensar a criação de novas despesas. Isso explica a razão de a maioria dos políticos defender a busca de equilíbrio fiscal, mas ser contrária à alta dos impostos.

O que precisa ficar claro para toda a sociedade é que, mais do que a estabilidade fiscal, a transformação da economia exigirá sacrifícios de todos, em particular dos mais ricos. Não há mais espaço para pensamentos mágicos de que basta ter um governo eleito com uma boa equipe para se evitar uma crise fiscal sem impor custos também para os menos favorecidos. Isso não será possível. Até um presidente com histórico político enfrentará sérios obstáculos se, na campanha, não tiver explicado claramente a necessidade da implementação de medidas duras nos próximos anos. Imaginem os que não adotarem essa estratégia!

Risco Bolsonaro

O Globo - 06/06/2018

Miriam Leitão

A alta do dólar ontem após a divulgação de uma pesquisa eleitoral reforça o que muita gente comenta no mercado financeiro. O candidato Jair Bolsonaro, líder nas intenções de voto na ausência do ex-presidente Lula, não é visto como um político capaz de tocar a agenda de reformas. Não só pelo seu histórico de votações no Congresso, mas pela pouca capacidade de diálogo. Por isso, explica Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultoria e especialista em câmbio, o cenário para o dólar no país é binário: a moeda deve disparar ou voltar para próximo de R\$ 3,00. Tudo dependerá das eleições.

Encontro marcado

Nathan avalia que o mercado financeiro dará mais dois meses de trégua para que algo mude no cenário eleitoral. Se não acontecer, o dólar poderá romper a casa de R\$ 4,00 justamente quando haverá o primeiro reajuste do diesel programado pelo governo Temer. “O que temos hoje são duas candidaturas populistas liderando as pesquisas. Uma de direita, outra de esquerda. O mercado de câmbio oscila em função disso, por causa da forte crise fiscal. Há

pouca relação com os fundamentos do mercado de câmbio porque o país tem reservas de US\$ 380 bilhões, baixo déficit em conta-corrente e fluxo cambial positivo”, explicou.

Âncora cambial

A saída de Pedro Parente da Petrobras também deixou o mercado mais sensível. Isso porque a equipe econômica do presidente Temer ficou enfraquecida e aumentou o risco fiscal com novos subsídios aos combustíveis. Hoje, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, é visto como uma âncora cambial do país, após as saídas de Meirelles, Parente e Maria Silvia Bastos. Nathan diz que “não dá nem para pensar” no que poderia acontecer com o dólar em caso de saída de Goldfajn.

Ritmo da indústria

A alta de 0,8% na indústria em abril foi melhor que o esperado, mas o desempenho de maio é incerto. Os setores que mais se destacaram em abril, petróleo e automotivo, foram também os mais afetados pela greve, em maio. A paralisação dos caminhoneiros interrompeu o acesso a refinarias. No caso das fabricantes de veículos, há a crise cambial na Argentina. Já se sabe que em maio as exportações para lá recuaram 15,4% na comparação com 2017, com queda nas vendas de automóveis, veículos de carga e autopeças. No ano, mais da metade dos embarques para o país são de itens relacionados ao setor automobilístico. No início de maio, o governo argentino aumentou os juros para 40%.

Longe do pico

Na comparação com abril de 2017, a produção da indústria saltou 8,9%. Mesmo com o avanço mais forte, o setor ainda está 14,6% abaixo do melhor momento, registrado em maio de 2011.

“É o risco de insolvência fiscal e de não aprovação das reformas que está determinando a desvalorização do real. E não a escassez de dólares.”
NATHAN BLANCHE Especialista em câmbio, sócio da Tendências Consultoria

A Petrobras corre real perigo **O Globo - 06/06/2018**

Elio Gaspari

A Petrobras arruinou-se no mandarinato petista por diversos motivos. Deles, o mais pueril foi a retórica da arrogância. Infelizmente, dela e do governo têm partido declarações destinadas a iludir a boa-fé do público fingindo desconhecer a barafunda criada pela política de preços dos combustíveis. Podiam ficar só nisso.

A retórica da arrogância foi exercitada à exaustão pelos petrocomissários. Basta que se recapitule um caso. Em 2012, um funcionário da companhia holandesa SBM denunciou suas maracutaias internacionais. Elas foram confirmadas por uma investigação interna que resultou numa indenização milionária ao governo holandês. Sabia-se, pela denúncia, que a SBM teria distribuído pelo menos US\$ 139 milhões a intermediários e hierarcas da estatal brasileira para azeitar contratos de aluguel de plataformas.

Dois anos depois, uma equipe da Petrobras foi à Holanda verificar o caso e anunciou-se que nada acontecera de anormal. Engano, pois a SBM começaria a negociar um acordo de leniência com a Controladoria-Geral da União. Até hoje ele não foi concluído.

Entre 2012 e 2015 foram para a cadeia os ex-diretores Pedro Barusco e Renato Duque, ambos mimados pela SBM. O representante da empresa no Brasil, Julio Faerman, passou a colaborar com a Justiça e repatriou US\$ 54 milhões.

Varrida pela Lava-Jato, a doutora Dilma colocou na Petrobras Aldemir Bendine, que estava no Banco do Brasil. Ele levou consigo para uma diretoria Ivan Monteiro. Num dos lances grotescos do período, Bendine chegou a anunciar que a Petrobras “talvez” voltasse a contratar serviços e equipamentos da SBM, “uma importante fornecedora”. Como, não explicou.

A retórica da arrogância era um pastel de vento. Não havia como esconder a roubalheira denunciada em 2012 e, em 2015, não era possível contratar a SBM para coisa alguma.

Na segunda-feira, o repórter Rubens Valente revelou que em 2016 o diretor Ivan Monteiro foi investigado pela Comissão de Valores Mobiliários. Tratava-se de um caso de omissão de comunicado de fato relevante ao mercado. Monteiro propôs pagar R\$ 200 mil à CVM e em setembro passado fechou-se o caso. O eruanário não saiu do seu bolso, mas da seguradora que ampara a diretoria da empresa. (O ex-diretor financeiro da Petrobras durante o mandarinato petista fez pelo menos quatro acordos desse tipo, somando R\$ 1,75 milhão.)

Exposto o caso de Monteiro com a CVM, a Petrobras tocou o velho realejo: “não houve qualquer condenação da CVM ou reconhecimento de culpa de parte do senhor Ivan Monteiro, tendo a autarquia concordado com celebração de termo de compromisso, procedimento utilizado e previsto em nome, aplicável ao caso”.

Noves fora o mau português, ninguém havia dito que Monteiro foi condenado, nem que reconheceu culpa. Apenas deixou de fazer o que devia. Tanto foi assim que propôs pagar R\$ 200 mil à CVM, com dinheiro da seguradora. Ninguém dá R\$ 200 mil à Viúva a troco de nada.

O escritor mexicano Octavio Paz ensinou, faz tempo: “Quando uma sociedade se corrompe, a primeira coisa que se decompõe é a linguagem.” Nas próximas quatro quartas-feiras o signatário exercitará o ócio.

Desde a crise dos caminhoneiros, nada aconteceu de bom com a Petrobras e ela tomou o caminho da empulhação

O impacto da greve na indústria de cana-de-açúcar **Correio Braziliense - Mercado S/A - 06/06/2018**

A greve dos caminhoneiros atingiu em cheio as usinas sucroalcooleiras. A dificuldade de transporte e a falta de diesel levaram muitas empresas a suspender as operações. Em Minas Gerais, foram 34 usinas paradas. No Paraná, três unidades reduziram as atividades. Em São Paulo, 10 usinas desligaram as máquinas. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) estima que a normalização do processo produtivo levará algumas semanas.

Novo escândalo de vazamento de dados exige regras mais duras contra as empresas

Toda semana, uma nova denúncia. Desta vez, o jornal americano The New York Times revelou que o Facebook fez acordos com Apple, Amazon, Microsoft e Samsung para o compartilhamento de informações pessoais. O escândalo reforça a importância de regras mais duras contra as empresas. No Brasil, a Câmara dos Deputados aprovou há alguns dias o Projeto de Lei 4060/2012, que regula a questão. Falta agora o Senado fazer a sua parte e dar andamento ao processo. Segundo o texto, as companhias, os governos e qualquer entidade que se apropriar ou transferir dados sem o consentimento da pessoa serão punidos com multas. Para Danilo Doneda, professor do Instituto Brasileiro de Direito Público, a nova legislação levará a mudanças importantes. No ambiente corporativo, a maioria das empresas, diz ele, não está nem aí para a proteção de dados dos clientes. Elas tratam essas informações como propriedade privada e não se incomodam em passá-las adiante. Isso é grave e precisa acabar.

1,31%

Foi quanto caiu o preço dos imóveis residenciais de janeiro a maio, de acordo com o Índice FipeZap, que acompanha os dados de 20 cidades brasileiras

O plano da Alitalia para decolar no Brasil

A companhia área italiana Alitalia, ex-estatal famosa pela operação deficitária, aumentará a operação no Brasil. Agora controlada pela holding Compagnia Aerea Italiana (CAI), dona de 51% de capital, e pela árabe Etihad, com 49%, a empresa ampliará os voos diretos de Roma a São Paulo e Rio de Janeiro, além de colocar na rota seus Boeing 777-300, os maiores da frota de 123 aeronaves. Atualmente, são onze voos semanais. A partir de setembro, serão dois diários.

Santander colhe os resultados do agronegócio

O banco Santander, que viu sua operação brasileira se tornar a maior do mundo em 2017, tem aproveitado a força do agronegócio. O banco saiu de uma carteira de crédito rural de R\$ 6 bilhões em 2016, o equivalente a 2,3% do mercado, para R\$ 12,9 bilhões em 2017, uma fatia 4,6%, de acordo com a Febraban. A meta é chegar a uma participação de 10%, com R\$ 28 bilhões em crédito. Para isso, uma das iniciativas será ampliar a presença no segmento de seguro rural.

Rapidinhas

A gigante japonesa Mitsubishi ficou conhecida no Brasil como uma marca de automóveis, mas a empresa quer provar que é bem mais do que isso. A ideia é investir na diversificação de negócios no mercado brasileiro. Uma das apostas é a unidade de automação industrial, voltada a produtos de baixa tensão.

Segundo a empresa, a unidade conta com um catálogo de mais de 5 mil itens. O objetivo, segundo Pedro Okuhara, executivo da divisão de automação industrial da Mitsubishi Electric, é conquistar espaço especialmente no setor da construção civil. Embora lenta, a retomada econômica deve ser um estímulo para as novas pretensões da companhia.

A plataforma digital Doctoralia, que conecta pacientes a médicos, irá oferecer atendimento gratuito a mulheres durante o mês de junho. A estratégia tem a missão de consolidar a marca no mercado brasileiro e ampliar a base de clientes. Esta será a primeira campanha voltada ao público feminino.

Um estudo realizado pela empresa, feito a pedido do CEO Carlos Eduardo Spezin, trouxe resultados interessantes. Segundo o levantamento, 95% das mulheres afirmaram que, com a facilidade de uso da internet e o livre acesso a informações, o tabu sobre a saúde sexual não existe mais.

Concentração excessiva

Correio Braziliense - Correio Econômico - 06/06/2018

Uma das explicações para os juros abusivos cobrados pelos bancos, no Brasil, está no nível de concentração do setor. Para a economista Cristiane Alkmin, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Estado deve agir para agilizar ou não atrapalhar o processo de desbancarização do mercado brasileiro, além de diminuir o poder das cinco maiores instituições financeiras do país.

Os apontamentos de Cristiane foram feitos durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, que também contou com a presença do diretor de Regulação do Banco Central (BC), Otávio Damaso, e do secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda, João Manoel Pinho de Mello.

Enquanto os dois se concentraram em reforçar o velho discurso de que o nível de concentração no Brasil não foge do padrão internacional, a conselheira do Cade colocou o dedo na ferida.

Ela lembrou que, nos últimos 13 anos, o número de bancos relevantes passou de 10 para cinco. E eles concentram 90% dos depósitos. A economista ainda destacou que o Brasil é o quarto mercado bancário mais concentrado do mundo, atrás de Canadá, Espanha e Japão. Cristiane observou que o país ainda passa por um forte processo de concentração, que pode afetar o processo de desbancarização.

Prejuízos

O caso mais emblemático em discussão é a compra da XP Investimentos pelo Itaú Unibanco. Somente Cristiane e outro conselheiro do Cade votaram contra o negócio, que depende agora de apreciação do Banco Central para ser autorizado. “O BC precisa reprovar essa operação. Ela atrasa o processo de desbancarização no país”, alerta a economista.

Segundo ela, a XP impulsionou o início desse processo ao ofertar produtos de diversos bancos, fundos e instituições de menor porte. Por outro lado, os bancos tradicionais mantinham as plataformas fechadas e viram uma migração de clientes para a corretora. Para Cristiane, a melhor estratégia de um órgão antitruste é reprovar qualquer ação de concentração que possa trazer prejuízos à concorrência. “Enquanto uma operação reprovada hoje pode ser reapresentada amanhã, uma aprovação hoje pode trazer danos irreversíveis à dinâmica do mercado”, alertou.

Cristiane ainda questionou a brecha deixada pelo órgão antitruste ao aprovar o ato de concentração. “Uma vez que o Cade aprova o maior banco comprando a maior plataforma independente, como o conselho pode frear a compra de qualquer outro banco menor, de uma plataforma menor?”, afirmou. “Eu não sei. Eu posso até reprovar, porque votei contra. Mas o Cade eu não sei.” Resta saber como o órgão antitruste se posicionará nos próximos casos de consolidação do setor.

Plano safra 1

» Levantamento do economista-chefe da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz, com base em dados do Banco Central (BC), aponta que, dos R\$ 188,4 bilhões ofertados em linhas de crédito do Plano Safra, o governo liberou apenas R\$ 131,2 bilhões até maio. Os produtores rurais têm até junho para requerer os financiamentos.

Plano safra 2

» Os R\$ 57,2 bilhões restantes não devem ser concedidos até o fim do mês, avalia Luz. Nas contas dele, ao fim do programa serão aprovados financiamentos de R\$ 149,8 bilhões. Até maio, 509,1 mil contratos foram

assinados entre instituições financeiras e produtores rurais. É o quinto ano seguido em que o número de empréstimos cai.

Plano safra 3

» Em média, o valor do financiamento chegou a R\$ 257,6 mil e alcança a décima primeira elevação consecutiva. Entretanto, Luz alerta que menos produtores têm acessado as linhas de financiamento. “Isso sugere que há aumento na seletividade na hora da concessão de crédito, em que há mais recursos para menos produtores, em um cenário de escassez de crédito”, explica.

Como evitar entrar no vermelho

DCI - 06/06/2018

Alexandre Góes

Essa pausa forçada deve elevar, nos próximos meses, o índice de quebra e endividamento empresarial, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que são particularmente suscetíveis às grandes variações do mercado, ainda mais a uma crise de proporções nacional. Como elas dependem das vendas para manter o fluxo de caixa e repor seu estoque, precisam honrar com seus compromissos para não sofrerem restrições financeiras que podem impedir seu funcionamento, ou mesmo restringir sua capacidade de operação.

Alguns empreendedores devem recorrer à solicitação de crédito para liquidar as dívidas com seus fornecedores, impostos e funcionários, mesmo sabendo que estão apenas postergando o problema e pagando um preço maior por causa dos juros, em vez de resolver a questão de forma imediata. Para as MPMEs, a espera necessária da análise bancária as coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade, já é preciso ter dinheiro em caixa agora e quitar os débitos na data combinada.

Nesses casos, o mercado hoje oferece uma alternativa para quem não quer depender dos bancos: o adiantamento de recebíveis, realizado pelas fintechs. Trata-se de um jeito fácil, totalmente digital, desburocratizado e que, em até duas horas, disponibiliza os recursos necessários para manter a operação das empresas neste momento de dificuldade. Esse tipo de operação está sujeito a taxas que, em alguns casos, podem ser individualizadas, considerando o histórico, operação e capacidade de endividamento de forma única, evitando a categorização de quem precisa de apoio.

Outra alternativa disponível, é oferecer o parcelamento das suas vendas B2B, o que facilita a negociação e permite ao vendedor receber seus recursos em um par de horas, e ao comprador repor estoques e produtos sem ter que se sujeitar aos juros do cartão de crédito, hoje superiores aos 300% ao ano, nem aos trâmites bancários que podem inviabilizar a concretização. A boa notícia é que já tem fintech no mercado fazendo isso.

É preciso ressaltar a importância de que as MPMEs levantem informações sobre a parceira escolhida, averiguar o know-how que possui no setor financeiro, o respaldo da matriz para evitar surpresas desagradáveis, infelizmente conhecidas no mercado, e, principalmente, a possibilidade de ter sua empresa avaliada de forma eficiente e digital, já que cada caso é diferente e as necessidades não devem ser encaixotadas em grupos setorializados.

Operando de forma simples e eficiente, as fintechs vieram para oferecer aquilo que os bancos, há anos, disponibilizam apenas aos grandes empresários. Um rápido cadastro, que permita que o cliente solicite a antecipação de seus próprios recebíveis, sem pedir empréstimos, e que permita oferecer alternativas baratas de financiamento em suas operações. Em um cenário como esse, as parcerias de sucesso melhoram a possibilidade de manter a empresa no azul e sair da crise sem soçobrar.

Startup faz parcerias para ajudar o MEI

DCI - 06/06/2018

Plano de voo/Liliana Lavoratti

Ampla arsenal de soluções e parcerias já estão disponíveis na internet para apoiar o segmento empresarial de menor custo e maior crescimento no País – o Microempreendedor Individual (MEI). Tudo isso está reunido no www.dicas.mei.com.br. É a plataforma digital da DicasMEI, startup lançada há dois meses que montou amplo portfólio de serviços, conteúdos e benefícios para cerca de 7 milhões de MEIs ativos. Semana passada, a empresa deu salto no acervo de produtos oferecidos ao MEI. Firmou parcerias com o maior banco privado nacional, o Bradesco, e a maior rede brasileira de atendimento para certificação digital, a Serasa.

Alternativa para a formalização

Antes, em março, a plataforma já havia fechado parceria com a Federação dos Taxistas Autônomos do Estado de São Paulo (Fetacesp) para atender milhares de taxistas e estimulá-los a gerir suas atividades como empresários. Em comum, a iniciativa inovadora prioriza o MEI como alternativa mais viável para a formalização de negócios para quem perdeu o emprego ou quer ser empresário. Há tendência de registrar mais de 700 mil novas formalizações por ano. Só em 2018, já surgiram mais 359.321 microempreendedores individuais.

Acordos para o progresso

"E vem mais por aí", prevê o diretor executivo da DicasMEI, o consultor de pequenas empresas Celso Valente, ao comemorar as alianças firmadas e em negociação. Desde o lançamento da DicasMEI, ele participou de feiras do empreendedor em Belém e São Paulo, pelas unidades estaduais do Sebrae. A maior concentração de MEIs no País é em São Paulo e na região Sudeste. A

DicasMEI reuniu uma equipe de desenvolvedores de site, web designers, consultores, contadores e jornalistas com amplo conhecimento sobre o MEI.

Focar no negócio

“O MEI, por ser sozinho, tem que focar no próprio negócio. Essas soluções e parcerias vão ajudar o MEI a reduzir seus custos, trazendo oportunidade para ele ser mais competitivo e ter sucesso”, detalha Valente. Ao todo, já são oferecidos aos associados da empresa cerca de 600 conteúdos sobre negócios do MEI e orientações empresariais, além de serviços online que ajudam o MEI a lidar com a rotina administrativa (obtenção de CNPJ, emissão pela plataforma de notas fiscais eletrônicas, parcelamento e atualização do Documento de Arrecadação Simplificada (DAS – MEI).

Desconto no Bradesco e na Serasa

Outras novidades são a oferta de certificação digital, a preços diferenciados e parcelamento, pela Serasa; no Bradesco, o correntista terá tarifa diferenciada. A pedido da Fetacesp, a DicasMEI negociou com seguradoras um seguro automotivo com até 100% de desconto na taxa de risco, e nos planos está o acesso também a planos de saúde e de tratamento odontológico. O MEI começou a ser efetivado em julho de 2009 em atualização da Lei Geral da Micro e Pequena Empresas, edita pela primeira vez em 2006.

Trump quer abandonar o Nafta e privilegiar acordos bilaterais

O Estado de S. Paulo - 06/06/2018

O diretor do Conselho Nacional Econômico dos Estados Unidos, Larry Kudlow, afirmou em entrevista à rede Fox News ontem que o presidente Donald Trump pode abandonar o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês) e privilegiar negociações de acordos bilaterais com Canadá e México. A declaração foi feita após os EUA imporem tarifas à importação de aço e alumínio aos dois parceiros, que por sua vez já anunciaram retaliações e a intenção de recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O presidente “contempla seriamente uma mudança nas negociações do Nafta”, afirmou Kudlow. “A preferência dele agora, e ele me pediu para comunicar isso, é negociar com México e Canadá separadamente”, informou o assessor.

“Trump é o maior reformador do comércio em décadas”, afirmou Kudlow, durante a entrevista. Segundo ele, o sistema comercial global “está corrompido”, porque não haveria reciprocidade. “Trump se considera um partidário do livre-comércio”, garantiu o assessor, dizendo que há hoje muitas práticas injustas de outros países, como o roubo de tecnologia.

Para Kudlow, cortes de impostos e regulação geram resultados. “Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

somos a nação que mais cresce no mundo. O outro lado. Canadenses e mexicanos devem rejeitar as negociações bilaterais propostas pelo governo de Trump, na avaliação da Continuum Economics. De acordo com a consultoria, os dois países podem deixar para Washington o papel de liderar as conversas do acordo trilateral. Com o cenário incerto, a Continuum aponta duas datas importantes para o mercado em termos de sinalização. A primeira é o encontro entre os líderes do G-7, que ocorre no fim desta semana no Canadá, onde Trump deve mostrar, de fato, sua posição comercial. A segunda é no dia 30 deste mês, quando o mandatário americano perderá a “autoridade de promoção do comércio”, a qual ele já pediu extensão.

As Bolsas de Nova York fraquejaram após os comentários de Kudlow. Mas, ao longo do dia, os índices acionários se recuperaram e fecharam perto da estabilidade. O índice Nasdaq renovou pelo segundo dia seguido a máxima histórica de fechamento, diante do bom momento das ações do setor de tecnologia. O Dow Jones teve leve baixa e o S&P 500, pequena alta

Por que os suíços devem mexer nos bancos

Valor Econômico - 06/06/2018

Martin Wolf

Muitos podem ter pensado, após a crise devastadora de dez anos atrás, que um reexame radical do funcionamento do sistema financeiro seria essencial. Em vez disso, o sistema foi remendado. Agora, o ânimo está mudando na direção de eliminar boa parte da regulamentação. É por isso que eu espero, apesar das pesquisas, que os suíços votem a favor da proposta do Vollgeld [Moeda Plena] no plebiscito do próximo dia 10. O sistema financeiro precisa de mudança. Para isso, precisa de experimentos.

De acordo com um banco de dados reunido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), ocorreram 147 crises bancárias nacionais independentes entre 1970 e 2011. Essas crises afligiram países pequenos e pobres como a Guiné, e países grandes e ricos, como os EUA. Foram onerosas, em termos de produção perdida, aumento de endividamento público e, especialmente, credibilidade política. Só nos três anos que se sucederam a 2007, as perdas acumuladas de produção, em relação à tendência geral da economia, foram de 31% do Produto Interno Bruto (PIB) nos EUA. No Reino Unido, a recente crise impôs um custo fiscal apenas superado pelas guerras napoleônicas e pelas duas guerras mundiais.

Como esse setor cria um caos dessa escala? E por que se permite que o faça? O setor faz isso - e é autorizado a fazê-lo - porque, como explicou o Banco da Inglaterra, os bancos criam dinheiro, que é um bem público essencial, como subproduto de sua concessão de empréstimos, que é um importante bem econômico. Queremos que os bancos tenham ativos de risco e dívidas e obrigações seguras. Mas as dívidas e obrigações de uma instituição altamente alavancada, que assume riscos, não podem ser seguras, e parecerão, inevitavelmente, ainda menos seguras durante uma crise. Mas é nessa

conjuntura que as pessoas querem que seu dinheiro - sua reserva de poder de compra num mundo assustador - goze da maior segurança possível.

O pior é que muitas vezes é mais fácil para os bancos justificarem o aumento dos empréstimos exatamente num momento em que eles deveriam emprestar menos, já que a concessão de empréstimos cria surtos de crescimento do crédito e bolhas dos preços dos ativos, notadamente dos imóveis. A disposição do público de tratar as dívidas e obrigações dos bancos como reservas de poder de compra seguras fornece financiamento estável, até o momento em que se instaura o pânico. Para reduzir a probabilidade do pânico, os governos asseguram os depósitos, a liquidez e até a solvência dos bancos.

Hoje os bancos são menos alavancados e mais bem supervisionados do que antes da crise. No Reino Unido, as operações bancárias de varejo também são blindadas. Mas os bancos são alavancados na proporção de cerca de 20 para 1: se o valor de seus ativos cair 5% ou mais, um banco desses fica insolvente. Uma maneira de tornar os bancos mais seguros seria, então, aumentar seu capital próprio em quatro ou cinco vezes, como o recomendado por Anat Admati e Martin Hellwig no livro "The Bankers' New Clothes".

Uma outra maneira de tornar o sistema mais seguro é despojar os bancos do poder de criar dinheiro, por meio da transformação de seus depósitos líquidos em dinheiro "do governo" ou "soberano". Essa é a ideia defendida pela iniciativa do Vollgeld. Uma maneira alternativa de chegar ao mesmo resultado seria lastrear em 100% os depósitos com dinheiro do banco central - ideia proposta por economistas de livre mercado da Escola de Chicago na década de 1930. O restante do sistema financeiro consistiria, então, principalmente em bancos de investimentos e fundos mútuos. Estes últimos transferem automaticamente o risco para os investidores. Os primeiros poderiam ter de ser regulamentados, mas principalmente em termos da capitalização.

A mudança para um sistema desse tipo seria um miniterremoto, como argumenta Thomas Jordan, do Banco Central da Suíça. Além disso, a proposta suscita interrogações sobre as finalidades para as quais o novo dinheiro soberano poderia ser usado.

A possibilidade óbvia é empregar o dinheiro para financiar o governo. Essa ideia é altamente censurável para alguns: criaria, certamente, grandes desafios. Mas esses desafios não são nem um pouco tão basilares como foi transferir a responsabilidade por um atributo essencial do governo - criar um dinheiro saudável - para um conjunto favorecido de empresas privadas, com fins lucrativos, coordenadas por uma instituição do governo encarregada da fixação dos preços, o banco central. Em nenhuma outra área da economia o poder público se mescla tanto com interesses privados. A familiaridade com esse esquema não consegue torná-lo menos indesejável. A familiaridade com seu desempenho também não.

Há muitas outras ideias nessa ampla área que parecem ser dignas de seguir. Uma delas seria permitir que todo cidadão tenha uma conta diretamente no

banco central. Afinal, os motivos tecnológicos para a realização de operações bancárias em agências estão desaparecendo rapidamente. O economista australiano Nicholas Gruen argumentou que nenhuma instituição privada deveria ter melhor acesso ao banco central do público do que o próprio público. Além disso, acrescenta, o banco central poderia operar a política monetária por meio do empréstimo livre contra hipotecas seguras. O banco central não teria, de forma nenhuma, de emprestar aos bancos propriamente ditos, e se concentraria em ativos.

A ideia fundamental aqui é que o ônus da prova não deveria recair sobre os que defendem a mudança. Após uma longa série de crises colossais e destrutivas, ele recai, isso sim, sobre os que apoiam o status quo, mesmo o status quo modificado de hoje.

A vantagem da proposta do Vollgeld é que ela é um experimento confiável na direção de separar a segurança exigida, com justeza, do dinheiro da exposição ao risco esperada dos bancos privados. Com um dinheiro inequivocamente seguro, seria muito mais fácil permitir que instituições que assumem riscos arquem com as consequências integrais de seus fracassos. Na medida em que a falência continuará difícil, a regulamentação ainda será necessária, principalmente do capital próprio. No limite, como argumentam alguns, a intermediação financeira exposta ao risco pode ter de ser extinta.

A proposta do Vollgeld não é tão radical quanto essa. Mas pode se constituir num teste revelador de um possível futuro melhor para um setor que é, há muito tempo, o mais perigoso do mundo. Que os suíços possam ousar.

Incerteza do Fed aumenta com emergentes e Europa no radar Valor Econômico - 06/06/2018

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) está acostumado a enfrentar correntezas violentas em direções contrárias, mas neste ano vai precisar de uma mão particularmente hábil no leme para conseguir equilibrar a força da economia doméstica e as crescentes turbulências nos países emergentes e, agora, na Europa, segundo alertam investidores.

Embora o foco das atenções tenha ficado em Argentina e Turquia recentemente, o presidente do banco central da Índia, Urjit Patel, argumenta que os países emergentes como um todo vêm sofrendo um surto de "distúrbios" causados pelos "contratempos duplos" provenientes dos EUA, onde o Federal Reserve tem enxugado seu balanço patrimonial e o Tesouro americano entrou em uma onda de captações.

"Em vista do rápido aumento no tamanho do déficit americano, o Fed precisa reagir desacelerando os planos para encolher seu balanço patrimonial", escreveu Patel no "Financial Times" na segunda-feira. "Se não o fizer, os Treasuries [os títulos do Tesouro dos EUA] vão absorver uma parte tão grande da liquidez em dólar que uma crise no resto dos mercados de bônus em dólar vai ser inevitável."

Paralelamente, a crise política na Itália pode até ter arrefecido depois da formação de um novo governo. Mas os partidos eurocéticos e populistas "antiestablishment" que agora vão controlar a Itália estão longe de ser bem-vistos pelos investidores. As preocupações de longo prazo quanto à durabilidade da moeda comum persistem, algo que no início da semana passada jogou o "yield" (rendimento) dos títulos do Tesouro dos EUA no chão.

Por outro lado, analistas destacaram que a economia do EUA continua a expandir-se em ritmo forte, como mostraram os números do desemprego e da indústria divulgados na sexta-feira. Essa dose dupla de dados sólidos fez o rendimento dos Treasuries voltar a subir - e aumentou as chances de o Fed manter seu ritmo de aperto monetário neste ano.

"Acho que isso dá mais firmeza para o Fed. Acredito que, de fato, há três aumentos [nos juros referenciais] esperados para este ano e a chance de um quarto voltou a estar na mesa", afirmou Jim Paulson, estrategista-chefe da firma de análises financeiras Leuthold Group. "A mensagem do mercado é que o Fed deverá continuar o aperto monetário. Eu diria que o Fed também vê essa mensagem", disse.

O cabo de guerra entre as correntezas é bem ilustrado pelas oscilações no mercado de juros dos EUA. As chances de três aumentos adicionais nos juros neste ano, além do primeiro já anunciado em março, chegaram a um máximo de quase 40% em 22 de maio, caíram para um mínimo de 13% em 29 de maio e voltaram a subir, para 30%, na segunda-feira, como sinalizam os mercados futuros de juros do Fed.

A probabilidade implícita de o Fed elevar as taxas de juros apenas mais uma vez neste ano, além da elevação de março, subiu de 13% em 22 de maio para quase 40% no auge das turbulências na Itália. Desde então, voltou a recuar, para menos de 20%.

O mercado de Treasuries também teve grandes variações. O rendimento dos títulos de dez anos oscilou entre um mínimo de 2,76% em 29 de maio e o fechamento de 2,92% de ontem.

País busca ajuda financeira da China

Valor Econômico - 06/06/2018

A Argentina está negociando com a China uma contribuição a um pacote de ajuda financeira de credores internacionais, que inclui o Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto trabalha para restabelecer a confiança em sua economia deficitária. A informação foi dada ontem por um ministro argentino ao "Financial Times".

Marcos Peña, chefe de gabinete do presidente Mauricio Macri, disse que o governo argentino espera ampliar o acordo de swap cambial entre o Banco

Central da Argentina e o Banco do Povo da China (PBoC, o banco central chinês), que foi acertado em julho de 2015 e estendido no ano passado.

"Temos um swap ativo com a China que o governo anterior nos deixou e tentaremos ampliá-lo", disse Peña em entrevista concedida em Londres.

A Argentina recorreu ao FMI no mês passado, depois que o peso perdeu quase um quinto de seu valor em relação ao dólar em duas semanas, em meio ao movimento de venda de ativos de mercados emergentes em decorrência da alta da moeda americana e dos rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA. Esse movimento atingiu mais duramente as moedas de países com grande necessidade de financiamento externo e grandes déficits fiscais e em conta corrente, como Argentina e Turquia.

Peña disse que as negociações com o FMI para um pacote de ajuda financeira estão "bastante avançadas" e que elas também envolverão o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o CAF (banco de desenvolvimento latino-americano), instituições financeiras privadas e swaps com bancos centrais, como o PBoC.

Peña não disse qual é o tamanho da ajuda que está sendo buscada, mas afirmou que espera proporcionar "uma surpresa positiva" que será "relevante para o mercado". Relatos não confirmados da imprensa mencionam uma ajuda de US\$ 30 bilhões.

Ontem, o argentino "La Nación" reportou que o acordo técnico com o FMI estaria praticamente fechado e que o governo Macri só aguarda o melhor momento político para fazer o anúncio - esperado para até o fim desta semana.

A recente turbulência econômica na Argentina levou os analistas a rever suas expectativas para a economia do país neste ano. Analistas do setor privado agora acreditam que a inflação ficará acima dos 27% em 2018, maior que a taxa do ano passado, de quase 25% e bem acima das expectativas para o ano, de cerca de 22% antes da crise, segundo o banco central.

Peña disse que a Argentina tentará "um acordo 'stand-by' perfeitamente normal" com o FMI, com uma parte sendo desembolsada antecipadamente e outra mantida como fundo de contingência.

O PBoC e o banco central argentino acertaram, em julho de 2015, uma linha de swap de 70 bilhões de yuans (avaliados na época em US\$ 11,3 bilhões). O acordo foi prorrogado em julho do ano passado e poderá ser usado para "facilitar acordos comerciais bilaterais e proporcionar um apoio de liquidez aos mercados financeiros", segundo um artigo publicado no jornal estatal "China Daily".

A ida ao FMI é uma medida que vem provocando controvérsias na Argentina, que tem lembranças dolorosas de seu envolvimento com o fundo após o calote em uma dívida de cerca de US\$ 100 bilhões em 2001. Mas Peña disse era

importante agir rapidamente quando os problemas surgiram no mercado de câmbio no mês passado. "Vimos a primeira nuvem e compramos um guarda-chuva gigante, que nos dá uma boa chance de suportar a tempestade."

Peña disse que recorrer ao FMI resultou em um "pouco de desconforto e surpresa" na Argentina, mas foi essencial como meio de redução da volatilidade do mercado e "para nos dar critérios objetivos em termos de moderação" das políticas públicas, em vez de deixar os mercados ditarem as condições.

Apesar disso, Peña observou que não será um problema vender para o público argentino as condições atreladas a um acordo com o FMI, "uma vez que já estamos fazendo o que deveria ser feito".

"As coisas mais importantes nós já vendemos internamente", disse Peña. Ele acrescentou que é preciso "acelerar o cumprimento de nossas metas fiscais e a independência do banco central", e também a redução do financiamento proporcionado pelo BC ao Tesouro.

O governo também está implementando um plano para reduzir a parcela da dívida pública denominada em dólar, e recentemente aprovou leis para reforçar o mercado de capital local e as regras antitruste.

México responde a tarifa dos EUA e taxa produtos americanos

Valor Econômico - 06/06/2018

O peso mexicano despencou ontem após o México impor tarifas sobre produtos importados dos EUA, como uísque bourbon, maçã, batata, queijo e carne de porco. A medida representa uma retaliação às sobretaxas adotadas pelo governo do presidente Donald Trump para o aço e o alumínio.

O anúncio das tarifas mexicanas, que variam de 15% a 25%, veio num momento em que o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) é alvo de novo ataque da Casa Branca.

"Por fim eclodiu no quintal dos EUA uma guerra comercial declarada, com efeitos potencialmente terríveis para a sobrevivência do Nafta", disse Eswar Prasad, professor de política comercial e economia da Universidade Cornell.

O peso mexicano, que perdeu 13% de seu valor desde meados de abril por causa da força do dólar, ficou refém de um conflito tarifário que poderá comprometer as relações entre os aliados, disse Juan Francisco Caudillo, analista do banco mexicano Monex.

No fim da tarde de ontem em Nova York, o dólar avançou 1,9%, para 20,44 pesos - maior nível desde fevereiro de 2017. "Poderá chegar a 21 pesos antes das eleições mexicanas", marcadas para 1º de julho, acrescentou Caudillo.

A lista de produtos americanos sujeitos às novas tarifas não incluiu os dois principais produtos agrícolas exportados pelos EUA ao México: milho e soja. Isso permite que esses componentes da ração animal continuem a alimentar a pecuária e a avicultura mexicanas.

"O México parece estar em posição precária porque tem de reagir às medidas dos EUA e formular essa lista. Ao mesmo tempo, tem de ser sensível aos seus agricultores e aos seus eleitores, que serão impactados antes das eleições", disse Bill Lapp, da consultoria agrícola Advanced Economic Solutions, sediada nos EUA.

"Não impor tarifas ao farelo de milho e de soja, mas impor à carne de porco, daria, implicitamente, vantagem considerável aos pecuaristas do país", disse Lapp.

A lista mexicana prioriza produtos exportados por Estados importantes na base política de Trump. Não está claro se os EUA vão retaliar com novas tarifas contra produtos mexicanos.

A medida tarifária ocorre após o governo Trump ter reafirmado seu desejo de pressionar por negociações bilaterais sobre o Nafta com o México e o Canadá.

À Fox News, Larry Kudlow, assessor econômico de Trump, disse que Washington prefere agora essa "guinada" bilateral. "Países diferentes talvez mereçam acordos diferentes", disse Kudlow. Ele acrescentou: "Sua preferência agora, e ele [Trump] me pediu para transmitir isso, é negociar separadamente com o México e o Canadá".

O México opôs resistência a essa tentativa de dividir os parceiros do Nafta, e uma fonte disse que não acredita que a sugestão seja aceita pelo governo canadense. "Eles vão dizer 'por que temos de aceitar coisas que o México não está aceitando?'" , disse uma fonte bem-informada sobre as negociações.

Negociar com os países separadamente exporá o Canadá a negociações duras sobre seu setor de laticínios, seus mecanismos de resolução de conflitos e seu sistema de compras governamentais de produtos e serviços ao governo - três áreas em que o país rejeitou as exigências dos EUA.

"Os EUA estão frustrados pelo fato de que o México e o Canadá tiveram êxito em jogar dois contra um nesta negociação", disse Eric Miller, presidente da consultoria canadense Rideu-Potomac Strategy Group. "Canadá e México continuarão unidos até que não haja nada em torno do que se unir."

A fonte mexicana acrescentou: "Uma coisa que [o governo Trump] parece esquecer é que ele não têm Autoridade de Promoção Comercial (TPA, nas

iniciais em inglês) para negociações bilaterais, só para o Nafta", disse, referindo-se à autoridade concedida pelo Congresso ao governo. "Eu gostaria de ver o que o Congresso acha disso."

Jaime Zabludovsky, um dos negociadores originais do Nafta, como representante do México, disse que o desejo de Trump de negociar separadamente não faz sentido, além de ir contra os interesses do setor privado americano.

"Não sei por que Trump acha que os problemas que existem nas negociações trilaterais vão desaparecer nas negociações bilaterais. Tudo o que prejudica o México prejudica o Canadá - e 90% do que prejudica o Canadá prejudica o México", disse Zabludovsky.

Prasad disse que, neste momento, está difícil de ver "um caminho para um acordo negociado entre os três países que preserve o Nafta como algo próximo da sua forma atual". "A tentativa de Trump de dividir para governar os parceiros dos EUA no Nafta, a fim de obter um acordo melhor, pode talvez acabar unindo o Canadá e o México contra as exigências dos EUA."

A ideia de negociações bilaterais separadas também tende a despertar a oposição de muitos republicanos do Congresso americano, que terão de aprovar qualquer acordo, e a comunidade empresarial americana.

"Agora é hora de perseverar e de trabalhar com nossos parceiros comerciais para encontrar uma trajetória em direção a um Nafta atualizado, que atenda aos altos padrões das [instruções comerciais do Congresso] bipartidárias e conquiste o apoio do Congresso", disse o republicano Orrin Hatch, presidente da Comissão de Finanças do Senado.

China propõe importar US\$ 70 bi a mais dos EUA

Valor Econômico - 06/06/2018

A China está se oferecendo para aumentar as compras de produtos americanos em cerca de US\$ 25 bilhões já neste ano, para satisfazer o desejo do presidente Donald Trump de reduzir o déficit comercial dos EUA com a segunda maior economia do mundo. A informação foi dada ontem por duas fontes a par do assunto.

No total, as importações chinesas de produtos americanos poderiam aumentar até US\$ 70 bilhões por ano. Isso pode gerar um desvio de comércio, que levaria a China a comprar menos de outros países para atingir a meta de elevar importações dos EUA.

O presidente chinês, Xi Jinping, começou a quantificar seu compromisso de importar mais produtos americanos à medida que avançam as negociações comerciais entre os dois países, disseram as fontes, que falaram sob a condição de permanecer no anonimato porque as negociações não são públicas.

Em especial, a China tem demonstrado disposição em aumentar as compras de produtos americanos como petróleo, carvão e produtos agrícolas, ainda segundo essas fontes.

O secretário do Comércio americano, Wilbur Ross, esteve em Pequim em 2 e 3 de junho para a terceira rodada de negociações comerciais de alto nível, que se concentrou na concordância da China de comprar mais energia e produtos agrícolas dos EUA, segundo informou a Casa Branca.

A China, porém, alertou que cancelará todas as promessas comerciais feitas aos EUA se o governo Trump prosseguir com as tarifas que pretende impor às importações de produtos chineses.

Autoridades chinesas indicaram que o país está aberto à compra de até US\$ 70 bilhões em exportações americanas, segundo as fontes. Mas grande parte disso representa produtos que a nação asiática já prometeu comprar e, em alguns casos, os chineses não estão dispostos a respaldar suas promessas com contratos por escrito, disseram as fontes. A oferta de comprar mais US\$ 70 bilhões foi informada em primeira-mão pelo "The Wall Street Journal".

O governo de Xi está disposto a estabelecer contratos legais para importar US\$ 25 bilhões adicionais em produtos dos EUA neste ano, segundo as fontes. Isso está aquém dos US\$ 200 bilhões em dois anos que o governo Trump exigiu que a China compre para reduzir o enorme déficit comercial americano.

Os bens exportados pelos EUA para a China no ano passado totalizaram US\$ 130 bilhões, enquanto que as exportações chinesas para os EUA chegaram a US\$ 506 bilhões. Isso deixa os EUA com um déficit comercial de mais de US\$ 375 bilhões.

A proposta chinesa acontece no momento em que as duas maiores economias do mundo tentam evitar uma guerra comercial que poderia afetar o crescimento global. Trump ameaçou impor tarifas a pelo menos US\$ 50 bilhões em importações chinesas e chegou a publicar uma lista final de produtos-alvo em 15 de junho.

A China prometeu retaliar taxando a mesma quantia em bens que importa dos EUA, de soja a aviões, e Pequim disse que desistirá de um acordo se os EUA prosseguiram com a ameaça das tarifas.

A embaixada chinesa em Washington não respondeu imediatamente a um pedido de comentários feito por e-mail.